

Relatório de Gestão 2018



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - CRB-7/4166

U48 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Relatório de Gestão 2018 / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. - 2019.
540 f. : il. , tab. , 30 cm.

1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Relatório de Gestão, 2017. I.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Planejamento. Diretoria de
Avaliação e Informações Institucionais. II. Miranda, Marcos Luiz Cavalcanti de (PI). III.
Título.

CDD 378.02581

CDU 378.4(815.3)UNIRIO"2017"(047)

Relatório de Gestão 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como instrumento de prestação de contas anual a que esta unidade jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 063/2010, Resolução TCU nº 234/2010, da Resolução TCU nº 244/2011, IN TCU nº 072/2013, DN TCU nº 170/2018, DN TCU nº 172/2018, Portaria TCU nº 369/2018, além da Cartilha "Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado" (TCU) e das orientações disponibilizadas no sistema e-Contas.

Rio de Janeiro, 2019.



Governo Federal

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Abraham Weintraub
Ministro da Educação

Arnaldo Barbosa de Lima Júnior
Secretário da Educação Superior

Equipe DAINF/PROPLAN

Prof. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
Diretor de Avaliação e Informações Institucionais

Camilla Pinto Luna
Administradora

Heloisa Carneiro de Campos Moreira
Economista

Luisa Silva de Jesus
Assistente em Administração

Márcio Ferreira Bezerra
Administrador

Prof. Luiz Pedro San Gil Jutuca
Reitor

Prof. Ricardo Silva Cardoso
Vice-Reitor

Prof. Alcides Wagner Serpa Guarino
Pró-Reitor de Graduação

Prof. Evelyn Goyannes Dill Orrico
Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Prof. Paulo Sérgio Marcellini
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Loreine Hermida Silva e Silva
Pró-Reitora de Planejamento

Sr. Thiago da Silva Lima
Pró-Reitor de Administração

Sr. Carlos Guilhon
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Prof. Mônica Valle de Carvalho
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Ricardo de Ávila Magalhães
Administrador

Vera Regina de Arruda Botelho
Assistente em Administração

Wanise Lins Guanabara
Secretária Executiva

MENSAGEM DO REITOR



Em cumprimento às disposições contidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), apresentamos de forma sucinta e objetiva o Relatório de Gestão 2018 da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) na forma de Relato Integrado.

É fato que a comunidade acadêmica da UNIRIO, provavelmente, nem imaginasse os desafios que teria pela frente na medida em que elaboramos um plano de gestão que continha diversas ações reunidas em temáticas estratégicas.

A maioria das ações foi colocada em prática. Algumas não foram aplicadas da forma proposta, já que uma gestão eficiente requer a atualização permanente dos objetivos e prioridades.

Ainda assim, um resultado de uma trajetória exemplar, em que muitos se esforçaram para fortalecer ainda mais o nome e os ideais da UNIRIO por meio de seus capitais humano, intelectual, social e de relacionamentos, o que deve ser creditado a um esforço coletivo, de dedicação, empenho e superação, o que foi comprovado pelo nosso Índice Geral de Cursos (IGC) 4, resultado da avaliação dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação que obtiveram conceitos entre 4 e 5.

Nesse ano de 2018, concentramo-nos numa gestão que fortalecesse as ações voltadas para uma adequada constituição e a sobrevivência (especialmente orçamentária e financeira) da Universidade, promovendo a

integração, o fortalecimento e o envolvimento da comunidade universitária.

Os princípios que transitam pelas áreas acadêmicas e administrativas, foram perseguidos, quais sejam: a qualidade acadêmica, o compromisso com o interesse público, a autonomia pedagógica, a representatividade dos seus colegiados, a transparência pública, a ação coletiva e a devida atenção à Avaliação Institucional.

Mantivemos o rumo, avançando e alargando os espaços internos e externos, bem como o fortalecimento de parcerias interinstitucionais.

Neste Relatório de Gestão evidencia-se o respeito à missão institucional diante da renovação de nosso Estatuto, enquadra-se o comprometimento dos dirigentes, professores, técnico-administrativos e alunos, responsáveis pela condução da universidade em registrar suas ações e desempenhos durante o ano de 2018.

Diante da transparência necessária ao desenvolvimento da gestão pública, apresentamos a realidade do ensino de Graduação e da Pós-Graduação, da Pesquisa, da Extensão, da Cultura, da Inovação, dos Assuntos Estudantis e da Gestão Administrativa e seu compromisso em intensificar as relações com a sociedade.

Luiz Pedro San Gil Jutuca
Reitor

Sumário

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A Universidade	1
Missão e Visão	2
Estrutura Organizacional	3
Ambiente Externo e Cadeia de Valor	4
PROGRAD	6
PROPGPI	10
PROExC	14

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Resultados Institucionais	18
Mapa Estratégico	19
Modelo de Governança	21
Auditoria Interna	21
Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle.....	22
CPTO	24
Acessibilidade	25

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Conteúdo	24
----------------	----

RESULTADOS DA GESTÃO

PDI e o Monitoramento 2018 ..	28
O Processo de Monitoramento do PDI	33
Resultados do Monitoramento parcial	34
O PDI nas Autoavaliações Institucionais	39
Conclusão	40

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

PROPLAN	42
Gestão Orçamentária e Financeira.....	43
Gestão da Tecnologia da Informação	45
PROGEPE	47
PROAD	50
PRAE	58

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração com Ressalva	59
Balanço Orçamentário	60
Balanço Patrimonial	64
Dem. Variações Patrimoniais ..	68
Dem. Fluxos de Caixa	71
Balanço Financeiro	74
Dem. Mutações PL	76
Notas Explicativas	78

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Materialidade das Informações	81
-------------------------------------	----

APÊNDICES E ANEXOS

Declaração de Integridade	82
Relatório de Instância ou Área de Correção.....	

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A UNIVERSIDADE

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO é uma fundação instituída pelo Poder Público, vinculada ao Ministério da Educação e integra o Sistema Federal de Ensino Superior. Originou-se da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG, pelo Decreto-Lei nº 7.683, de 17 de dezembro de 1975, e foi transformada em Universidade do Rio de Janeiro pela Lei nº 6.655, de 05 de junho de 1979, com a finalidade de produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Conforme seu Estatuto aprovado pela Resolução nº 2.245, de 15 de fevereiro de 2001, disponível no link a UNIRIO para cumprir com sua finalidade apresenta os seguintes objetivos: produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento; formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional; propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*; estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística,

científica e tecnológica gerada na instituição; manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

Compete à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, segundo a Lei nº 6.655, de 05 de junho de 1979, ministrar o ensino superior de graduação, pós-graduação e extensão, e executar atividades de pesquisa, de divulgação científica, tecnológica, cultural e artística, podendo, também, prestar serviços técnicos e hospitalares à comunidade e a instituições públicas e particulares e organizar sua estrutura e métodos de funcionamento gozando de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa, financeira e patrimonial. As finalidades e competências da UNIRIO estão mais fortemente relacionadas às concepções e práticas de direção político-institucional configuradas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2017-2021), aprovado pelos Conselhos Superiores da Universidade em 9/5/2017, elaborado nos moldes do Artigo 16 do Decreto nº 5.773, de 09/5/2006 e do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, disponível no link

<http://www.unirio.br/proplan/PLANODESENVOLVIMENTOINSTITUCIONAL20172021revisadaPsConselhosSuperiores.pdf>

Fonte: Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais – DAINF / PROPLAN, 2018.

MISSÃO E VISÃO

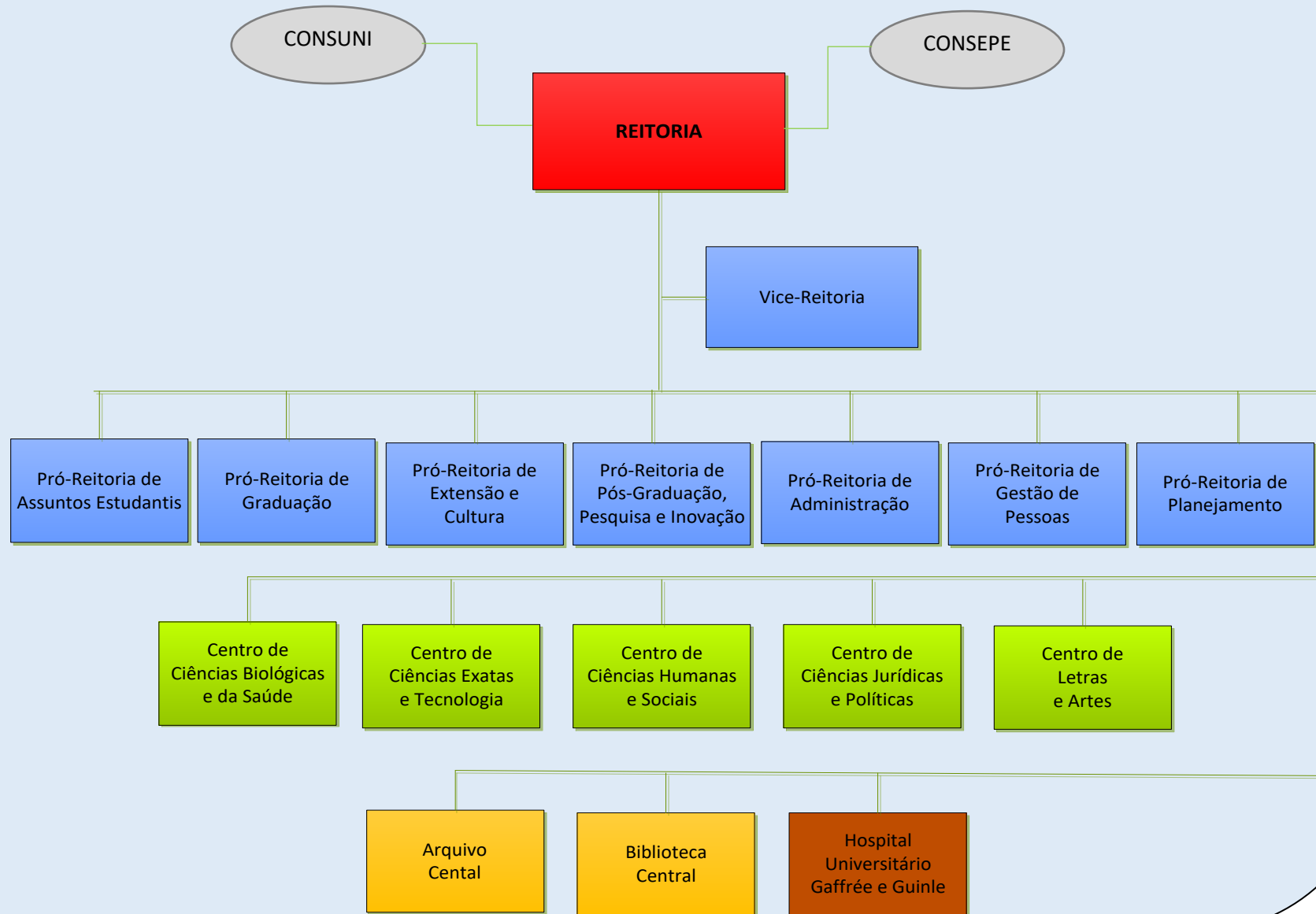


Missão: Produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.



Visão: Ser reconhecida como centro de referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, comprometido com as transformações da sociedade e com a transparência organizacional.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

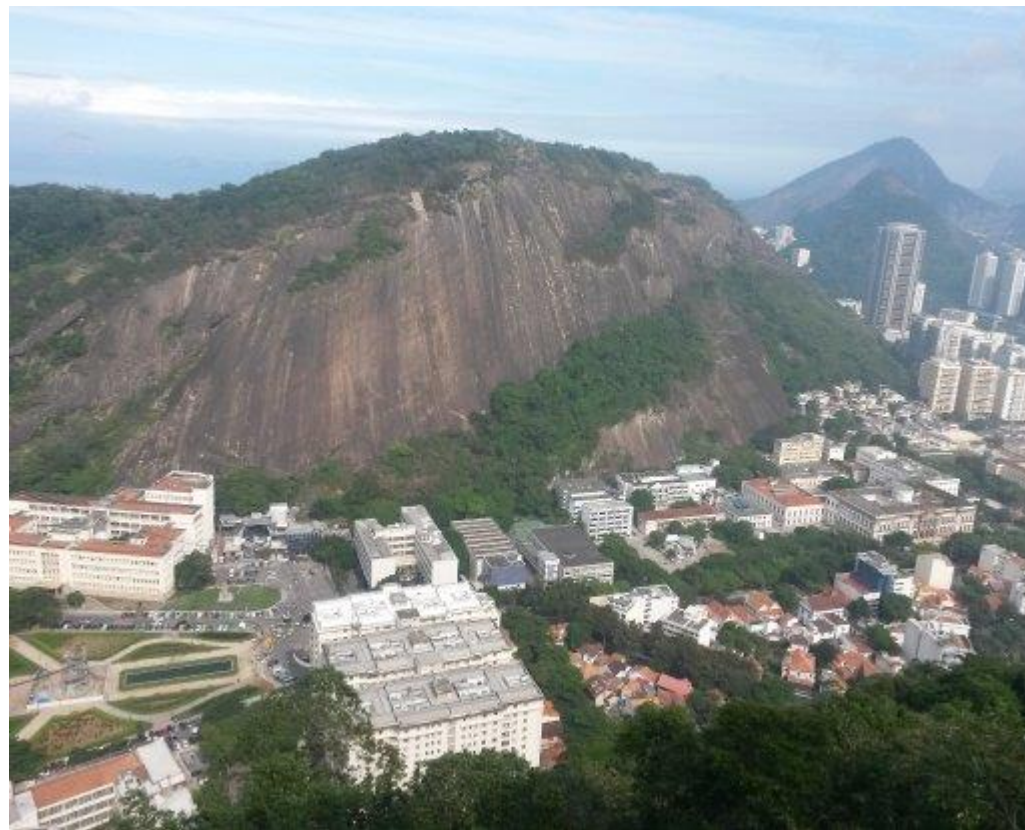


AMBIENTE EXTERNO E CADEIA DE VALOR

A educação superior no Brasil, além de cuidar da formação de pessoas para o mercado de trabalho e/ou para a carreira acadêmica, desempenha um papel muito importante na formação de cidadãos conscientes de seu compromisso para a melhoria das condições de vida da sociedade. Devido as ações afirmativas de ampliação de acesso ao ensino superior de estudantes da rede pública, negros, indígenas e de pessoas com deficiência, as universidades públicas federais se tornaram mais inclusivas do que anos atrás. Para promover a permanência destes estudantes na Universidade, tornou-se necessário a oferta de recursos, através de auxílios e bolsas, devido a diversidade socioeconômica gerada por essas ações. O congelamento dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil causou um impacto negativo na UNIRIO, aumentando consideravelmente a taxa de evasão, além dos problemas enfrentados pela gestão da universidade devido as restrições orçamentárias estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 95.

Localizada na cidade do Rio de Janeiro, que se destaca na indústria de transformação, comércio e prestação de serviços, além da construção civil, agropecuária e extrativismo mineral. A cidade do Rio de Janeiro conta com 49 IES (40 privadas, 07 federais e 02 estaduais).

A UNIRIO é uma universidade pública federal com ensino gratuito que atua nas áreas de Ensino de Graduação nas modalidades Presencial e à Distância; Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Pós-Graduação *Lato Sensu* Presencial e à Distância; Pesquisa e Extensão e mantém intercâmbio com entidades privadas, públicas, organizações, e movimentos sociais. O mapa abaixo mostra o contexto em que está inserida, os seus principais *stakeholders* como os que definem as políticas e diretrizes, órgãos fiscalizadores, fornecedores, clientes internos e externos.



Os Capitais da UNIRIO

São constituídos pelo capital financeiro, capital humano, capital intelectual, capital manufaturado, capital natural e capital social e de relacionamento.



O **capital financeiro** é composto pelo conjunto de recursos obtidos por meio de financiamentos que a UNIRIO dispõe a partir do orçamento da União, programas e projetos elaborados pelos seus colaboradores e por emendas parlamentares para ser utilizado na prestação de serviços e na produção de bens para a Sociedade.



Nosso **capital humano** envolve as competências, habilidades e experiência dos servidores docentes e técnico-administrativos da UNIRIO e suas motivações para inovar, incluindo nosso alinhamento com e apoio ao quadro de governança, a gestão de riscos e os valores éticos; a capacidade de entendermos, desenvolvermos e implementarmos nossa estratégia organizacional; a lealdade e motivação para melhorarmos os processos, bens e serviços, incluindo a capacidade de dirigirmos, gerenciarmos e colaborarmos.



O **capital intelectual** da Universidade é constituído dos nossos intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, entre os quais destacamos a propriedade intelectual, tais como patentes, direitos autorais, software, direitos, licenças, projetos de ensino, de pesquisa, de inovação, de extensão e de cultura; e o "capital organizacional", formado pelo conhecimento tácito, sistemas, normas, procedimentos e protocolos.



O **capital manufaturado** da Universidade inclui seus prédios infraestrutura, e equipamentos que permitem disponíveis para uso na produção de bens e na prestação de serviços para a Sociedade.

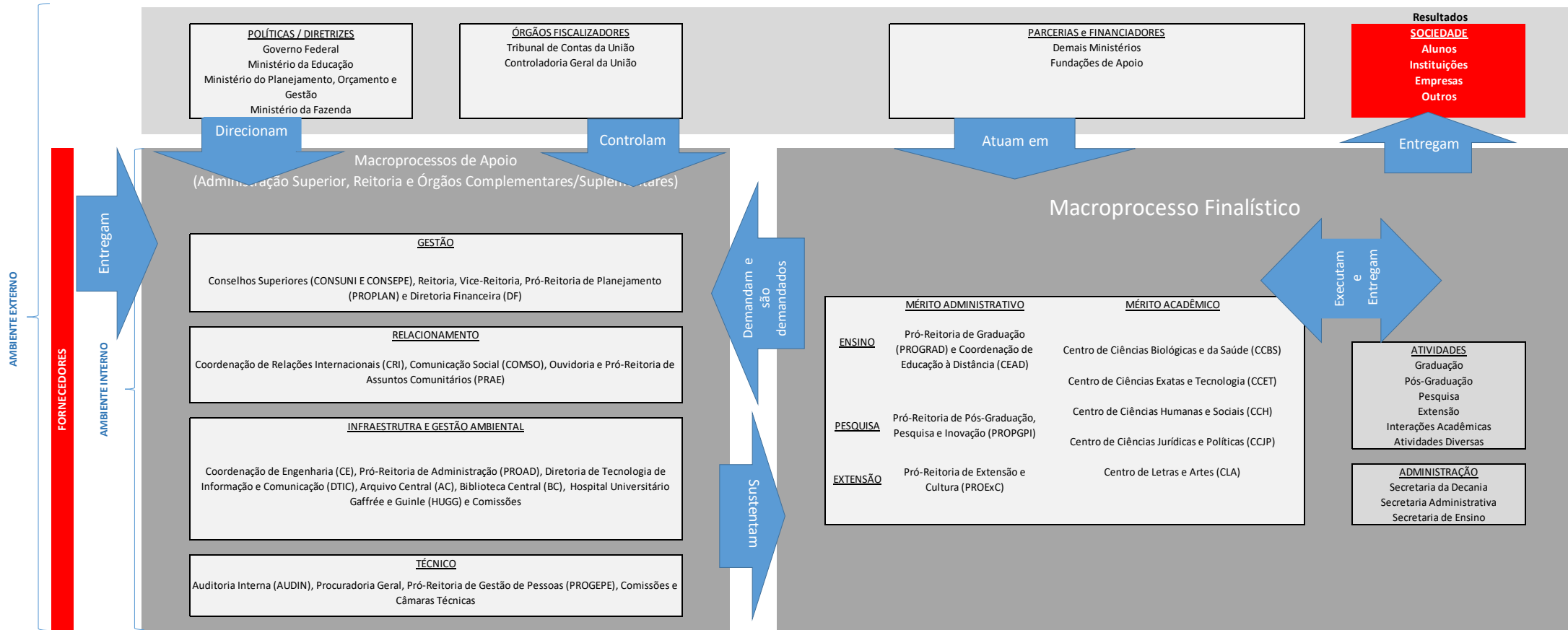


O **capital natural** abrange todos os recursos e processos renováveis e não renováveis que nos fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura da Universidade, incluindo água, terra, minerais, florestas, a biodiversidade e a saúde do ecossistema que são utilizados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas com vistas à prestação de serviços para a Sociedade.



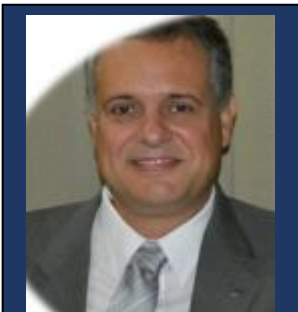
Nosso **capital social e de relacionamento** é composto pelos relacionamentos dentro e entre os *stakeholders* e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. O capital social e de relacionamento abrange: os padrões compartilhados, os valores e comportamentos comuns; os relacionamentos com as principais partes interessadas, a confiança e o compromisso da Universidade para a formação dos estudantes, servidores técnicos-administrativos, pesquisadores, cidadãos e outras partes interessadas externas; os bens intangíveis associados com nossa marca e reputação; e os documentos legais para o bom funcionamento de nossa instituição.

Mapa de contexto da UNIRIO



Fonte: **Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais – DAINF / PROPLAN, 2018.**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Prof. Alcides Wagner
Serpa Guarino
Pró-Reitor de Graduação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) fundamenta sua atuação em um processo de discussão e construção coletivas, bases da sua Metodologia Participativa de Ação. Com a intenção de buscar os caminhos para o Ensino de Graduação de forma conjunta com os três segmentos da Comunidade Universitária, a prática cotidiana da PROGRAD tem como prioridade a consolidação dos Cursos de Graduação já existentes na UNIRIO, para que possam atingir a excelência na formação dos alunos.

Tal postura se dá em estreita relação com as diretrizes emanadas do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD) que, dentro de um princípio interinstitucional, formula políticas e diretrizes básicas, em nível nacional, que permitem o fortalecimento das diferentes Pró-Reitorias de Graduação.

A PROGRAD entende que a realidade momentânea da Graduação da UNIRIO torna urgente um trabalho coletivo voltado para a flexibilização dos currículos, assim como detecta que se faz necessária a definição de uma Política em relação às Licenciaturas, alicerçada no desenvolvimento de uma atitude interdisciplinar diante do conhecimento.

Atendendo ao princípio da construção coletiva, a Pró-Reitoria propôs a criação da Câmara de Graduação, como órgão assessor, do qual fazem

parte representantes (titulares e suplentes) dos três segmentos da Comunidade Universitária.


Administra junto à Reitoria e às demais Pró-Reitorias a política de lotação e contratação docente, ouvindo a Comunidade Universitária.

Estimula e viabiliza, junto a diferentes setores da sociedade, a integração com a Universidade, por meio de Convênios, com a finalidade de proporcionar Estágio aos estudantes.



GRADUAÇÃO 2018

SITUAÇÃO DOS ALUNOS

1º SEMESTRE		2º SEMESTRE
11068	 CURSANDO	11579
4000	 MATRÍCULA TRANCADA	3387
29	 TRANSFERÊNCIA PARA OUTRO CURSO DA IES	34
1459	 DESVINCULADO	1078
669	 FORMADO	755

ALUNOS POR TURNO

	VESPERTINO	MATUTINO	NOTURNO	INTEGRAL	EAD
1º SEMESTRE	918	910	3996	4338	8221
2º SEMESTRE	441	392	4039	4348	7854

FORMAÇÃO 2º GRAU

	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PRIVADA
1º SEMESTRE	11183	6403
2º SEMESTRE	10942	6250

ATIVIDADE EXTRACURRICULAR - 2018



MONITORIA

1º SEMESTRE

1193

2º SEMESTRE

1148



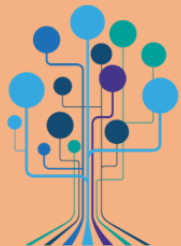
PESQUISA

1º SEMESTRE

1042

2º SEMESTRE

967



EXTENSÃO

1º SEMESTRE

905

2º SEMESTRE

891

RESERVA DE VAGAS - 2018



ÉTNICO

1º SEMESTRE

1281

2º SEMESTRE

1396



OUTROS

1º SEMESTRE

38

2º SEMESTRE

23



SOCIAL / RENDA FAMILIAR

1º SEMESTRE

727

2º SEMESTRE

776



ENSINO PÚBLICO

1º SEMESTRE

770

2º SEMESTRE

807

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO



Prof.ª Evelyn G. Dill Orrico
Pró-Reitora de Pós-Graduação,
Pesquisa e Inovação

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI) busca coordenar a elaboração de políticas de desenvolvimento, sendo responsável por projetos e programas institucionais. Seus objetivos são promover o desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação da UNIRIO, apoiar a formação de recursos humanos e incentivar a capacitação e o aprimoramento do corpo institucional técnico e docente.

Entre outras atividades, a PROPGPI mantém contato permanente com agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, como Capes e CNPq, e

gerencia a concessão de bolsas de estudo tanto para cursos de pós-graduação – *stricto e lato sensu* – como para programas de iniciação científica. Também elabora convênio com outras instituições visando ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação universitária; apoia e cadastra projetos de pesquisa e a produção técnico-científica; estimula e orienta a implantação de programas e cursos de pós-graduação de interesse social, científico e cultural.

Visão da PROPGI

Ser reconhecida como referência na produção e difusão de conhecimento científico para o avanço da ciência e tecnologia brasileira, comprometida com as transformações da sociedade e com a transparência organizacional.

Missão da PROPGI

Produzir e disseminar o conhecimento científico e tecnológico promovendo, incentivando e ajudando a fomentar a execução de pesquisa e difusão de inovações, atendendo as expectativas dos professores e alunos no fortalecimento do compromisso entre a graduação e a pós-graduação proporcionando soluções e serviços à sociedade.

BOLSAS ACADÊMICAS E AUXÍLIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO – ANO 2018

CCBS

	MESTRADO	DOUTORADO
ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	12	9
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	13	
ENFERMAGEM	11	
ENFERMAGEM E BIOCÊNCIAS		9
BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR	9	
NEUROLOGIA	7	7

CCET

	MESTRADO	DOUTORADO
INFORMÁTICA	8	9

CCH

	MESTRADO	DOUTORADO
EDUCAÇÃO	21	10
HISTÓRIA	18	14
MEMÓRIA SOCIAL	24	17
MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO	13	16

FONTE: PROPGPI, 2018

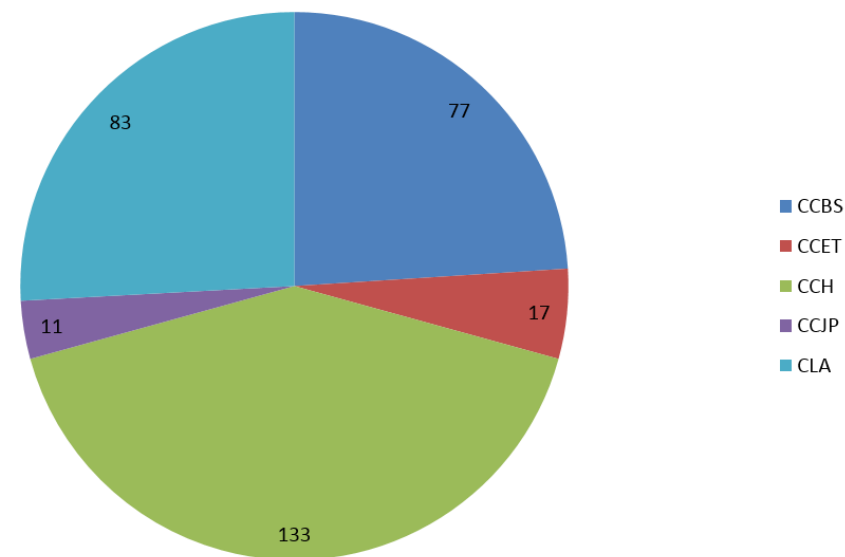
BOLSAS ACADÊMICAS E AUXÍLIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO - ANO 2018 -CONT.

CLA		
	MESTRADO	DOUTORADO
ARTES CÊNICAS	25	26
MÚSICA	12	20

CCJP		MESTRADO
CIÊNCIA POLÍTICA		4
DIREITO		7








BOLSAS STRICTO SENSU



FONTE: PROPGPI, 2018

PESQUISA - PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS – ANO 2018

	CCBS	CCET	CCH	CCJP	CLA
PATENTES / MARCAS REQUERIDAS	1	1			
GRUPOS DE PESQUISA	73	14	78	7	32
PROJETOS COM FINANCIAMENTO	50	12	45	2	11
PRODUÇÕES	636	136	403	152	86
 LIVROS PUBLICADOS	11		10	9	9
 ARTIGOS PUBL. EM PERÓDICOS	306	31	160	80	33
 CAPÍTULOS DE LIVROS PUBL.	24	13	103	32	23
 TRABALHOS PUBL. EM ANAIS DE CONGRESSOS	11	65	72	23	15
 RESUMOS PUBLICADOS	284	27	58	8	6

FONTE: PROPGPI, 2018

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



A **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)** é responsável pela formulação de políticas, gerência e avaliação de ações, projetos e programas da extensão universitária, e pela definição de uma política cultural para a Universidade. Contribui para a instalação de um ambiente universitário estimulante, estimulando o surgimento de condições propícias para o

desenvolvimento do trabalho dos profissionais que atuam na UNIRIO. Também preza por uma formação acadêmica crítica e socialmente referenciada dos alunos, a partir do diálogo com os vários saberes produzidos, valorizando o diálogo entre as culturas erudita e popular na construção do conhecimento acadêmico.

Entre seus objetivos estão a ampliação do acesso da comunidade universitária aos bens culturais e aos instrumentos de sua produção, e a definição de mecanismos que possibilitem a permanência qualificada na Universidade de estudantes de origem popular. Também visa contribuir para o fortalecimento da organização livre, consciente, responsável e participativa dos estudantes, além de promover a integração da

comunidade universitária, viabilizando atividades acadêmicas, literárias, esportivas, recreativas, culturais e de lazer.

A PROEXC disponibilizou o Portal da Extensão, que permite a consulta de projetos e programas de extensão e cultura desenvolvidos na Universidade. A medida visa facilitar a transparência preconizada pelo Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que no artigo 9º pontua que “Projetos e Programas com bolsa de extensão devem estar inseridos em sistema informatizado da Instituição, disponível para consulta do público”.



PRODUÇÃO ACADÊMICA

QUANTITATIVO DE PROJETOS



**PROJETOS
DE
EXTENSÃO**

375



**PROJETOS
DE ENSINO**

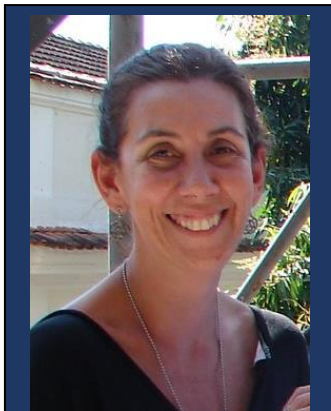
537



**PROJETOS
DE
PESQUISA**

843

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS



Prof. Mônica V. de Carvalho
Pró-Reitora de Assuntos
Estudantis

A política definida para os Assuntos Estudantis da UNIRIO busca viabilizar a permanência dos estudantes em risco social, a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas no desempenho acadêmico, nas situações de repetência e evasão dos discentes bem como auxiliá-los no enfrentamento das inúmeras adversidades e, ao mesmo tempo, a excelência de sua formação.

Para fortalecer a assistência estudantil como tema estratégico nas políticas universitárias foi instituída pelos

Conselhos Superiores a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que anteriormente se constituía como uma Direção.

O suporte aos discentes da UNIRIO realiza-se por meio dos seguintes projetos: Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA); Auxílio-Alimentação; Auxílio-Moradia; Projeto de Transporte Intercampi; Projeto de Alimentação para toda comunidade universitária, incluindo o Restaurante-Escola; atendimentos: social, nutricional, psicopedagógico e psicológico; apoio a participação nos eventos da Política Estudantil; apoio a atividades de esporte e apoio para participação de Bolsistas BIA em eventos acadêmicos.

APOIO SOCIAL - 2018

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
479	461

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
127	128



MORADIA

ALIMENTAÇÃO



BOLSA PERMANÊNCIA

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
711	724



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O PDI 2017-2021 configura-se como a primeira etapa de um processo, o qual permite dinamizar a gestão institucional, identificada com valores associados aos objetivos do milênio, o qual a partir de sua missão e visão de futuro, se propõe a articular ações capazes de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, construindo uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica, cultural e na produção de conhecimento de valor para a sociedade. Os 14 objetivos estratégicos, dos quais 5 são objetivos permanentes estabelecidos em Estatuto, resultaram do processo de planejamento estratégico adotado na elaboração do PDI.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS

- 1) Garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento (Estatuto).
- 2) Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional (Estatuto).
- 3) Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição (Estatuto).
- 4) Garantir a transparência organizacional.
- PROCESSOS INTERNOS
- 5) Garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação stricto sensu (Estatuto).
- 6) Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais (Estatuto).
- 7) Promover melhorias na estrutura organizacional.
- 8) Promover melhorias no processo organizacional.
- 9) Melhorar condições de estudo e convivência dos alunos de Graduação e Pós Graduação.

PESSOAS E RECURSOS 10) Melhorar condições de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos. 11) Fomentar política de qualificação e capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos. 12) Assegurar a execução dos projetos de otimização da infraestrutura física. 13) Assegurar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação. 14) Adequar o quadro dos servidores às necessidades institucionais.

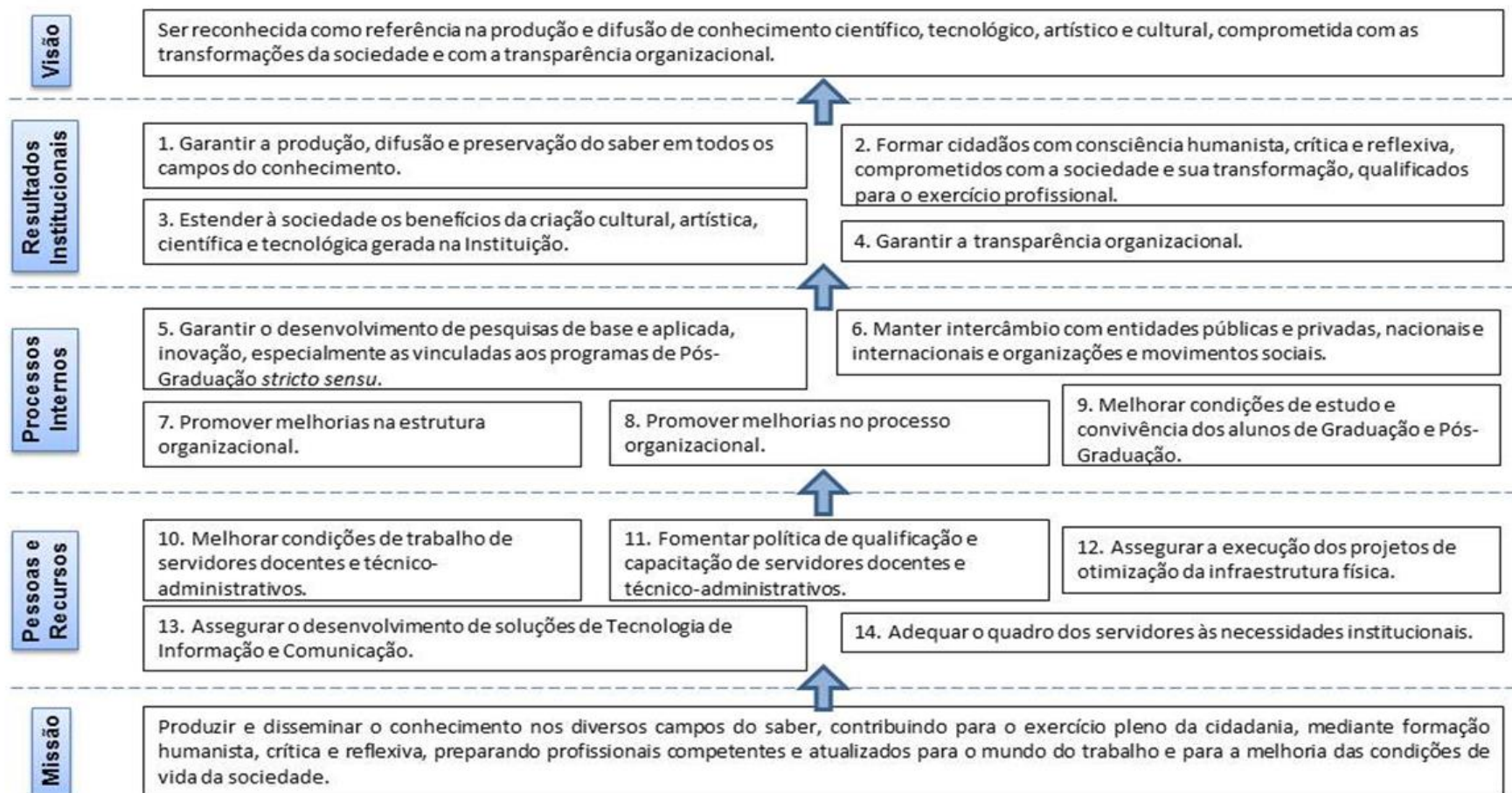
O monitoramento do PDI 2017-2021 da UNIRIO vai além das obrigações legais, com o acompanhamento e controle da execução de ações de suas Unidades Organizacionais por meio do emprego da ferramenta de software público para gestão de plano estratégico denominada ForPDI, uma Plataforma Aberta para Gestão e Acompanhamento do PDI, que foi desenvolvido pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento da ANDIFES, visando à gestão e ao acompanhamento do PDI e de universidades federais e outras instituições públicas.

O quadro a seguir mostra a matriz de responsabilidades do monitoramento e revisão do PDI, com os diversos atores e suas atribuições nesse processo.

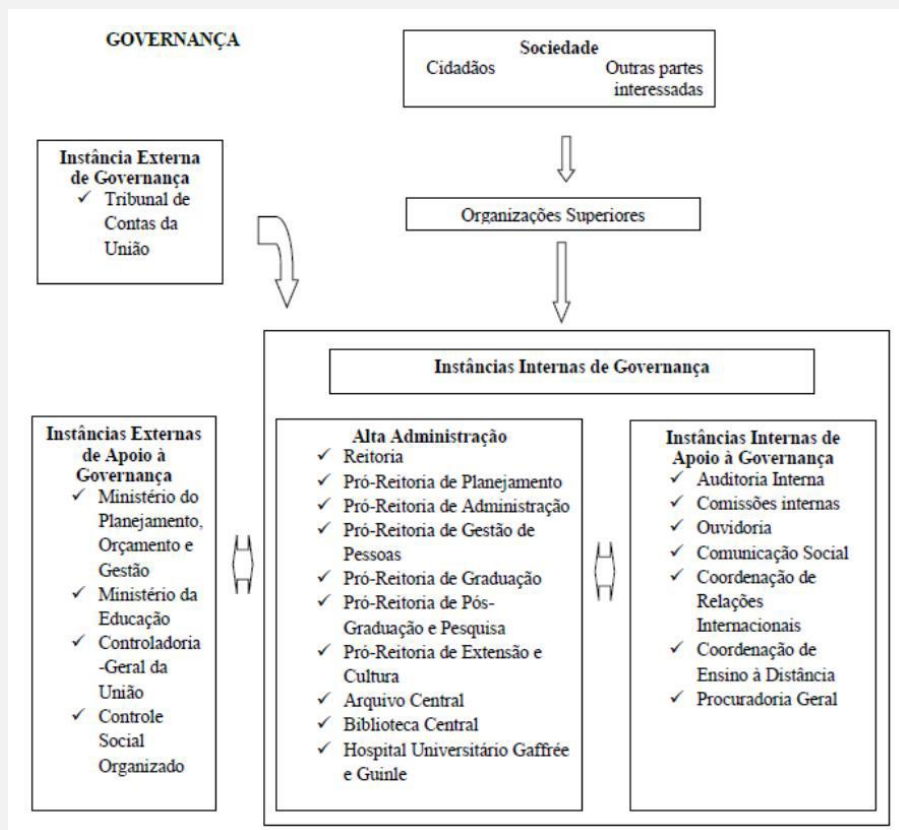
Conselhos Superiores	Como compete aos Conselhos Superiores deliberar, conjuntamente, sobre o PDI, qualquer revisão deve ser homologada pelos mesmos. Caberá também aos Conselhos Superiores apreciar o relatório anual de autoavaliação institucional elaborado pela CPA.
Administração Central e Unidades Organizacionais	São responsáveis pelo monitoramento das metas de suas respectivas áreas, conforme a tabela de indicadores e metas por objetivo estratégico. Executam as ações decorrentes das iniciativas do PDI, sob controle do sistema de gestão ForPDI. Participam da avaliação institucional conduzida pela CPA. Propõem revisões do PDI a serem submetidas aos Conselhos Superiores.
Comunidades interna e externa	Participam da avaliação institucional conduzida pela CPA.
Comissão de Própria Avaliação (CPA)	Segundo o art. 3º do Regimento da CPA: tem por finalidade a coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de assessoramento às instâncias acadêmicas e administrativas da UNIRIO em suas decisões estratégicas e ao SINAES.
Pró-Reitoria de Planejamento	Coordena o processo de monitoramento e revisão do PDI, apoiando com a metodologia e ferramenta de gestão do plano estratégico (ForPDI) e também monitorado em base própria.

MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico mostra como a UNIRIO pretende alcançar sua VISÃO de futuro (“Ser reconhecida como referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, comprometida com as transformações da sociedade e com a transparência organizacional”), a partir da sua MISSÃO estatutária: “Produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade”. O caminho a ser trilhado pela UNIRIO passará pelos 14 objetivos estratégicos organizados segundo as perspectivas de Pessoas e Recursos, Processos Internos e Resultados Institucionais.



MODELO DE GOVERNANÇA



AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é um órgão subordinado diretamente ao Reitor da UNIRIO, conforme dispõe o inciso VIII do artigo 12 do Estatuto da UNIRIO, criada através da Resolução nº 926, de 12.11.1991, que tem supervisão técnica exercida pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU. Tem como finalidades assessorar a Reitoria no exercício da supervisão e controle das atividades de administração contábil, financeira, técnica e administrativa, bem como avaliar o desempenho das unidades em relação às atribuições, normas e procedimentos pré-estabelecidos, além de prestar apoio à estrutura de governança da instituição e aos órgãos de controle.



TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

As recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União – TCU, são recebidas, geralmente, pela Reitoria, que após análise, encaminha aos gestores responsáveis com cópia para a Auditoria Interna, para ciência e acompanhamento. Não existe um sistema informatizado para monitoramento destas recomendações/determinações, contudo, as mesmas são incluídas em planilha para controle individualizado.

Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Expediente	Deliberação	Responsável	Situação
173/2017-TCU – 1ª Câmara	Itens: 1.8.1 e 1.8.2	PROLAN	Em Andamento
4825/2017	Item 9.4	PROAD	Em Andamento
173/2017-TCU – 1ª Câmara	Item 1.7	PROGEPE	Em Andamento
11123/2017	Itens: 1.6.1 1.6.2	PROGEPE	Em Andamento

Fonte: AUDIN, 2018.

Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Externo

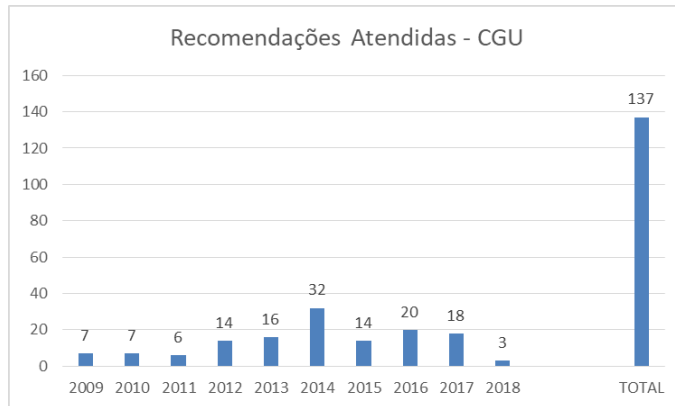
Assim como nas determinações/recomendações do TCU, as recomendações da CGU também são monitoradas pela AUDIN. A partir de dezembro de 2015, essa atividade passou a ser acompanhada através do sistema *Monitor* da CGU.

Tabela 1: Situação das recomendações emitidas pela CGU.

Unidade Gestora	Recomendações					Recomendações. Em Monitoramento		Recomendações Providências do Gestor	
	Enviadas	Atendidas	Canceladas	Em Monitoramento	Em Outras Situações	Em Análise pela CGU	Para Providências do Gestor	No Prazo	Com Prazo Expirado
154034	242	137	7	93	5	11	82	10	72
154035	15	0	0	14	1	12	2	0	2
Totais	257	137	7	107	5	33	84	10	74

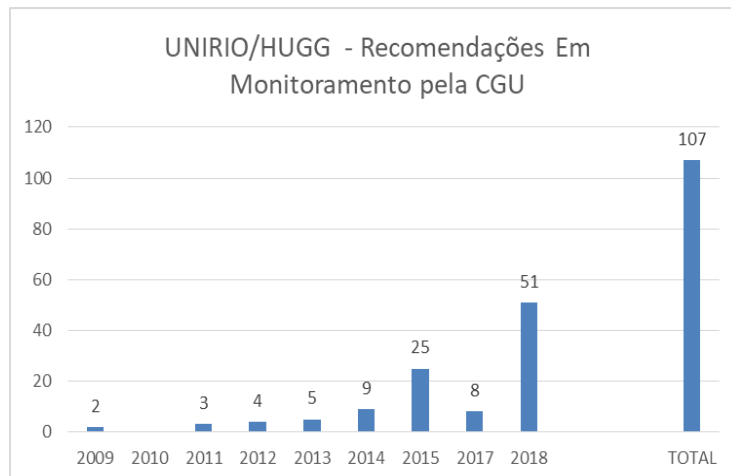
Fonte: Elaborado pelo Auditor com dados do Sistema Monitor em 05/04/2019

Gráfico 1: Evolução do atendimento das recomendações na UNIRIO



Fonte: Elaborado pelo Auditor com dados do Sistema Monitor em 05/04/2019.

Gráfico 2: Evolução das recomendações em monitoramento na UNIRIO



Fonte: Elaborado pelo Auditor com dados do Sistema Monitor em 05/04/2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPARÊNCIA ORGANIZACIONAL

A CPTO é uma unidade diretamente subordinada à Reitoria, cuja finalidade é estabelecer e monitorar as ações relativas à política de transparência organizacional da UNIRIO, sobretudo às que se referem à Lei de Acesso à Informação.

Atos Normativos referentes a CPTO:

Resolução n.º 4.052, de 19 de fevereiro de 2013

Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Transparência Organizacional - CPTO, diretamente subordinada à Reitoria.

Resolução n.º 4.563, de 26 de novembro de 2015

Dispõe sobre o Regulamento Interno da Comissão Permanente de Transparência Organizacional - CPTO

Portaria n.º 925, de 10 de outubro de 2016

Nomeação da presidência e assessoria

Portaria n.º 1.092, de 9 de dezembro de 2016

Designação de membros representantes das unidades organizacionais na CPTO

Portaria n.º 1.006, de 16 de novembro de 2017

Recomposição de membros representantes das unidades organizacionais na CPTO

A UNIRIO tem como principais canais com a sociedade as Comissões Permanentes de Transparência, a Ética, Integridade, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Ouvidoria.

A Comissão de Permanente de Transparência Organizacional

Participam da comissão representantes das seguintes unidades: Chefia de Gabinete, Pró-Reitorias, Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais, Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação, unidades da Administração Central (CEAD, COMSO, CRI, Ouvidoria e CPA), Unidades Suplementares (AC, BC e HUGG), Decanias do CCBS, CCET, CCH, CCJP e CLA, e um membro de representação estudantil (DCE).

Especificamente em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017/2021, a CPTO visa possibilitar o cumprimento de seu Objetivo Estratégico nº 4, que estabelece: . Garantir a transparência organizacional e contém as seguintes iniciativas: 4.1 Fortalecer a imagem da Instituição 4.2 Desenvolver ações de Transparência Organizacional e de estímulo ao Controle Social 4.3 Promover a transparência das informações institucionais para a sociedade. 4.4 Construir políticas e práticas para comunicação organizacional.

Além disso, a divulgação das ações da Universidade também está prevista na Iniciativa 3.1 do PDI, que trata de dar visibilidade às ações da Universidade.

PRODUTOS

Carta de Serviços ao Usuário
2 edição (2018).



Nova página de Acesso a Informação da Universidade
<http://www.unirio.br/pro-reitorias/acessoinformacao>
atualizada mensalmente



Atualização da página de Acessibilidade da UNIRIO
(<http://www.unirio.br/news/aces-sibilidade>)



ACESSIBILIDADE

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.



- a) Acesso ao portal em conformidade com as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004.
- b) Conceituação, significado do termo acessibilidade e exemplos de atividades como o uso de produtos, serviços e informações;
- c) Recomendações na web do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C e no caso do Governo Brasileiro ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico);
- d) Acesso ao portal por meio da barra de acessibilidade onde se encontra atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste;
- e) Acesso aos atalhos padrões do governo federal;
- f) Orientações gerais de utilização de ferramentas de acesso;
- g) Disponibilização de Leis e decretos sobre acessibilidade;
- h) Ferramenta de acesso em se tratando de dúvidas, sugestões e críticas;
- i) Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (<http://nau.uniriotec.br/>)
- j) Outras recomendações úteis de acesso externo.
- k) Resolução do CONSUNI que aprova o Plano de Acessibilidade da UNIRIO. (<http://www.unirio.br/acessibilidade/arquivos/plano-de-acessibilidade>)
- l) Plano de Acessibilidade da UNIRIO (<http://www.unirio.br/acessibilidade/arquivos/plano-de-acessibilidade-1>)
- m) Projetos de Pesquisa com Acessibilidade (<http://www.unirio.br/acessibilidade/arquivos/projetos-de-pesquisa-com-acessibilidade-2>)
- n) Projetos de Extensão com Acessibilidade (<http://www.unirio.br/acessibilidade/arquivos/projetos-de-extensao-com-acessibilidade-2>)
- o) Projetos de Assistência Estudantil com Acessibilidade.
- p) Palestras sobre Acessibilidade e Inclusão (<http://www.unirio.br/acessibilidade/arquivos/palestras>)

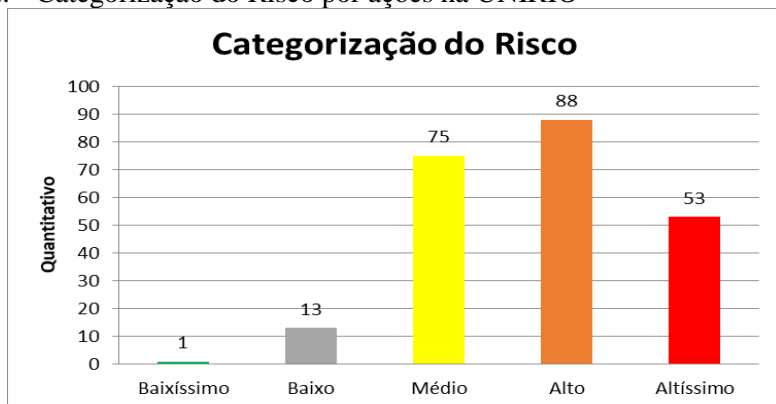
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

1. O PGERCI (Plano de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos) prevê seu monitoramento contínuo, como atividade rotineira da Universidade, e contando com a participação de seu Comitê Permanente, como forma de avaliação da gestão de riscos da instituição.

O monitoramento do PGERCI, foi organizado pela Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – COPLADI, unidade responsável pelo acompanhamento do marco regulatório da Universidade.

Considerando a vinculação do PGERCI ao Plano de Desenvolvimento Institucional, este relatório foi elaborado a partir dos resultados do monitoramento do PDI 2017-2021, do mesmo exercício.

2. Categorização do Risco por ações na UNIRIO



Observa-se que a gestão de riscos da Universidade teve como prioridade ações de médio e alto risco,

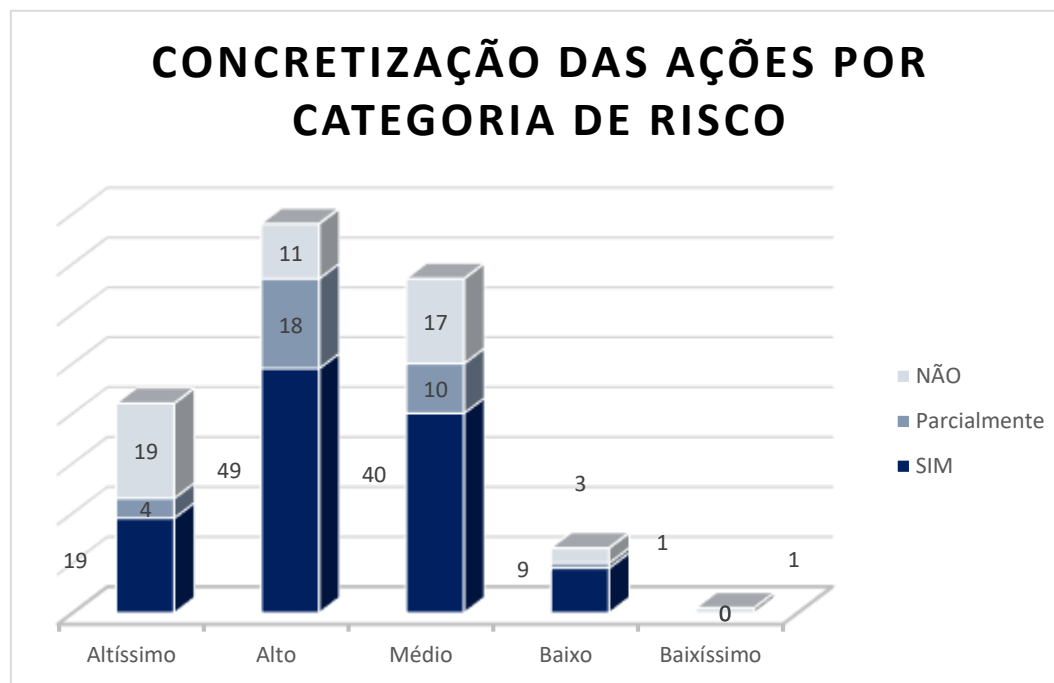
O resultado do monitoramento do PGERCI para o primeiro exercício do plano retornou os seguintes quantitativos de ações, classificadas pela categorização adotada na matriz de Riscos.

Destaca-se que algumas ações categorizadas como altíssimas e alta foram antecipadas, isso é, desenvolvidas antes do ano de previsão, foram consideradas pelo ano de execução.

Quantitativo de ações segundo a categoria do risco e sua consecução:

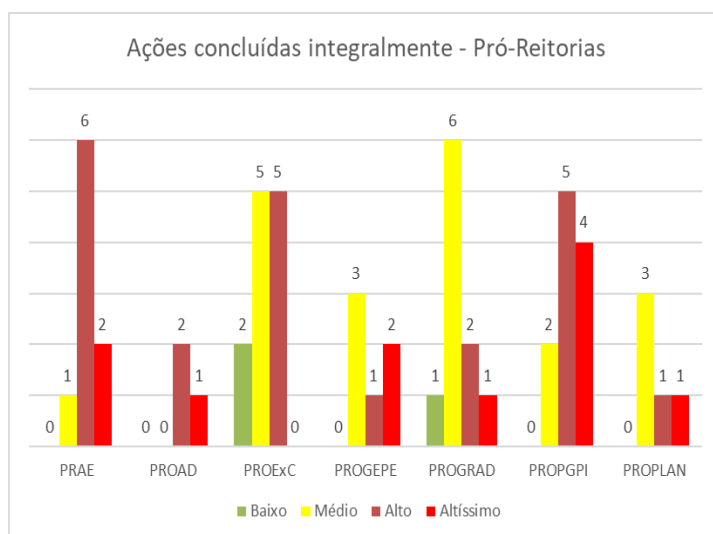
Categoria do risco	Consecução				Total
	SIM	Parcialmente	NÃO	Não há meta p/ 2017	
Altíssimo	19	4	19	11	53
Alto	49	18	11	10	88
Médio	40	10	17	8	75
Baixo	9	1	3	0	13
Baixíssimo	0	0	1	0	1
TOTAL	117	33	51	29	230

Ressalta-se que das 230 ações propostas para o quinquênio, há 201 ações previstas com metas para o exercício 2017, apresentadas no gráfico:



CONTEÚDO

Dentre as Pró-Reitorias, destaca-se o bom desempenho da PROPGPI, cujas ações de altíssimo e de alto risco foram em sua maioria concluídas a contento, seguida da PRAE, com 80% das ações de altíssimo e alto risco concluídas integralmente. Ressalta-se também o bom desempenho da PROExC, que concentrou suas ações na categoria de alto risco, concluindo 100% delas.

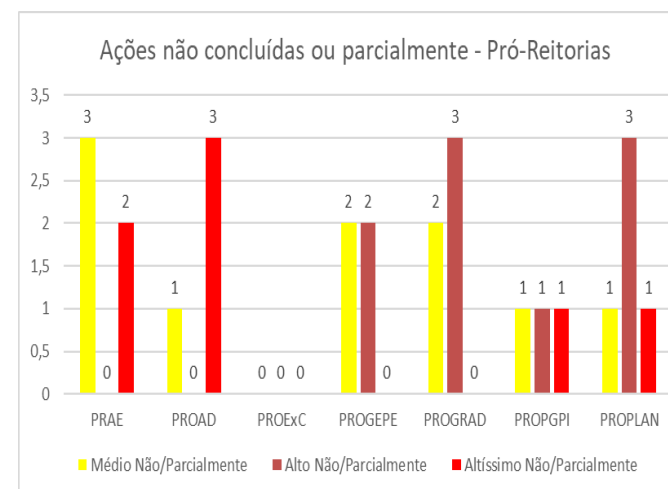


Das Pró-Reitorias, a PROPLAN apresentou apenas 30% das ações concluídas nas categorias altíssima e alta propostas para 2017, justificadas principalmente pela falta de recursos humanos para execução das ações. Todavia, a mesma unidade antecipou ações previstas para execução subsequente, de categoria alta como a execução do Plano de Acessibilidade (PLACES) e o Plano de Dados Abertos (PDA) da Instituição. Computadas tais ações, o percentual da PROPLAN eleva-se

para 66%. (não demonstrado no gráfico por se tratar de antecipação de ações).

Com relação à categoria de médio risco, a PROExC também concluiu 100% das ações propostas, seguida da PROGRAD e da PROPLAN, com 75% das ações concretizadas. No que concerne à PROAD, nenhuma ação foi finalizada nesta categoria.

Destaca-se que a PROPGPI durante o ano de 2017 teve como mote a ampliação e consolidação dos cursos de Pós-Graduação, além da implementação da invocação na UNIRIO. Também fez um monitoramento eficaz na coleta CAPES no item relativo a egressos. E nos grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

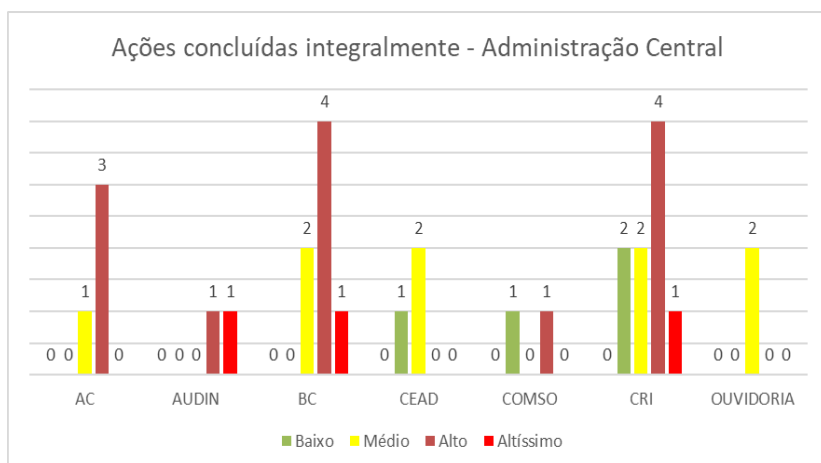


A PRAE durante esse ano enveredou esforços no incentivo a parcerias com financiamento externo específico para os bolsistas PRAE,

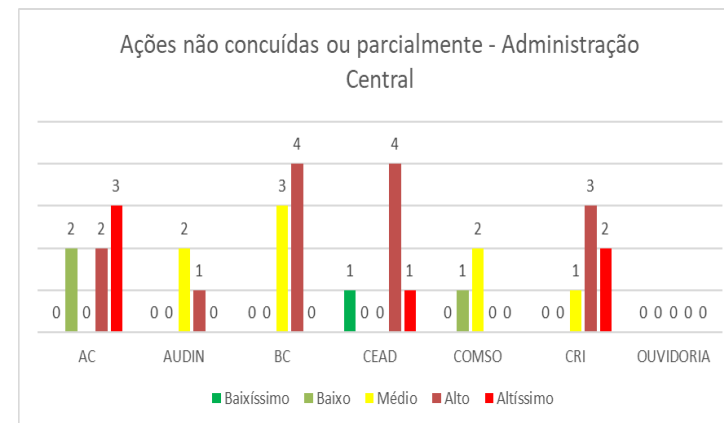
além da realização de convênios institucionais para ampliação da assistência pedagógica, ações essas que fortalecem o ensino de Graduação na Instituição.

Cumprir destacar que, PROExC trata diretamente com a sociedade, com diálogo não-hierarquizado, percebendo e atuando com todas as formas de conhecimento, saberes e práticas sociais voltadas para o enfrentamento sérios problemas nacionais e regionais, contribuindo para o aprimoramento do ensino e da pesquisa.

Nas unidades vinculadas à Administração Central, destaca-se o desempenho da COMSO, devido a proposta e consecução de apenas uma ação de alto risco. A seguir, a Auditoria Interna concluiu 66% das ações de categoria altíssima e alta propostas. Em contrapartida, a CEAD não conseguiu concluir integralmente nenhuma ação dessas categorias, porém as mesmas estão em desenvolvimento, finalizadas parcialmente.



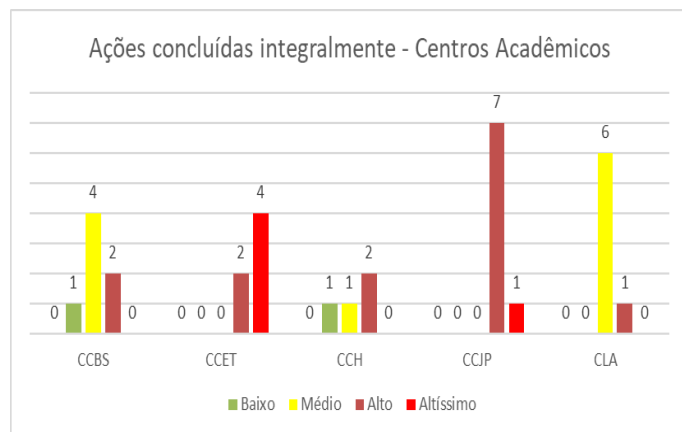
Com relação à categoria de médio risco, salienta-se o desempenho do AC, CEAD e Ouvidoria, com 100% das ações propostas completadas.



A COMSO se empenhou no aprimoramento dos conteúdos produzidos e a dar destaque as principais atividades da entidade no *site* institucional, visando o aperfeiçoamento da transparência e visibilidade das ações institucionais.

No que concerne a AUDIN, se dá destaque ao trabalho de divulgação do relatório de atividades da Auditoria Interna (RAINT), promovendo a transparência das informações institucionais. Além disso, foram implantadas auditorias baseadas em risco (ABR), que visam minimizar a não concretização das ações institucionais.

Já as ações propostas pelos Centros Acadêmicos apontam com melhor desempenho o CCJP, que concluiu 72% das ações de altíssimo e alto risco propostas. O CCET também apresentou bom desempenho, executando 60% do previsto nessas categorias de risco.

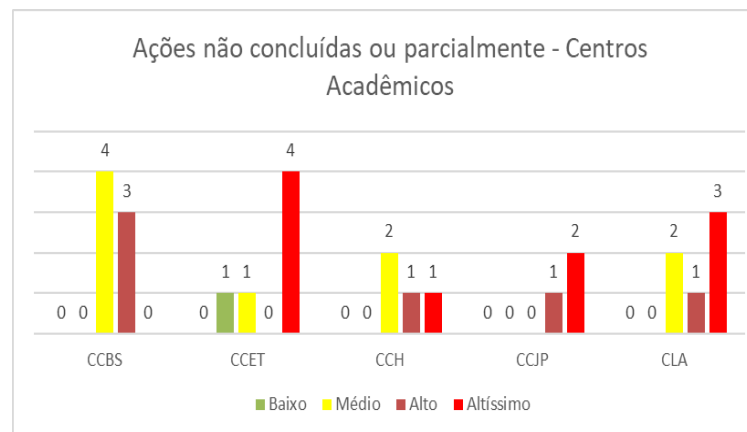


O CLA foi o Centro Acadêmico com menor percentual de ações concluídas nessas categorias, com justificativa de falta de recursos financeiros e de atitudes eficazes.

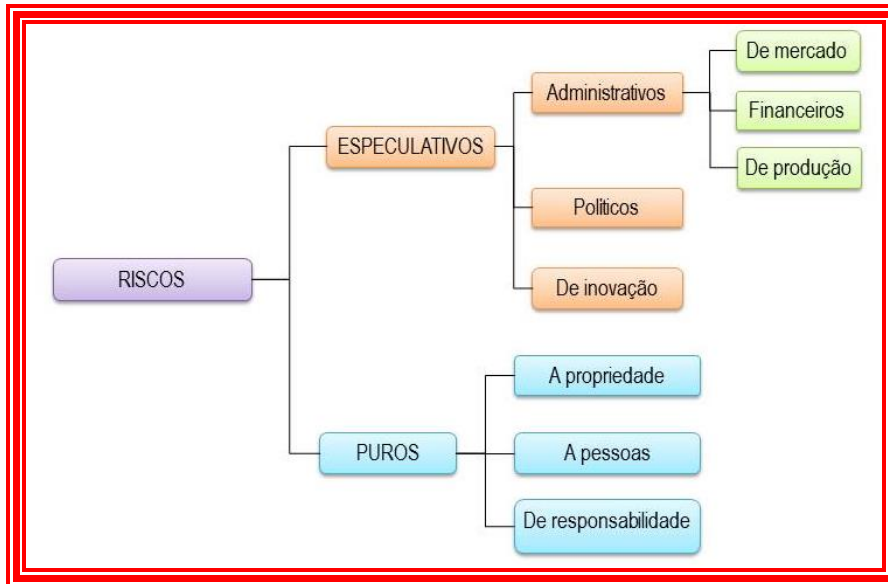
Com relação à categoria de médio risco, o melhor desempenho ficou a cargo do CLA, com 66% das ações concluídas, seguido do CCBS e do CCH, com 50%. O CCET não conseguiu êxito na única ação proposta para essa categoria, por dificuldades operacionais do Centro Acadêmico. O CCJP não apresentou ações para esta categoria.

O CCJP investiu no aumento da produção intelectual docente, que tem como efeito a melhoria da Pós-graduação, Inovação e Pesquisa no Centro, além de ampliar a participação de docentes em eventos científicos nacionais e internacionais, o que permite a troca de conhecimentos e dá visibilidade institucional. Somado a isso, o Centro Acadêmico promoveu o uso do sítio eletrônico da Decania e as Escolas em funcionamento.

O CCET estimulou a publicação de trabalhos em periódicos de boa classificação (Qualis CAPES), visando a elevação do conceito de cursos de programas de PÓS-GRADUAÇÃO. Além disso, o Centro fez a revisão dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Graduação, buscando a melhoria da qualidade do ensino de Graduação.



Quanto a natureza dos riscos eles apresentam características diferenciadas em função do ambiente de atuação nos espaços da Universidade e das suas próprias características operacionais. Novos riscos surgem em novos tipos de estruturas corporativas e mudanças na tecnologia da informação. Os riscos foram classificados em: riscos especulativos (ou dinâmicos) e riscos puros (ou estáticos), conforme abaixo:



Os riscos especulativos envolvem uma possibilidade de ganho ou de perda, enquanto que os riscos puros envolvem somente possibilidade de perda, não existindo nenhuma possibilidade de ganho ou de lucro. Demais informações detalhadas em <http://www.unirio.br/acessoinformacao/arquivos/plano-e-governanca-gestao-de-riscos-e-controles-internos>

RESULTADOS DA GESTÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E O MONITORAMENTO 2018 (Ano Base 2017)

Na UNIRIO, as 22 macrounidades ligadas à Reitoria puderam formular seus planos de atividades, propondo ações alinhadas com as estratégias das metas do PNE e ações próprias desvinculadas daquelas metas. Desta captação resultaram 838 ações. Mais 63 ações foram propostas durante a consolidação pela Comissão de Elaboração do PDI. Realizou-se um total de 21 *workshops*, que ocorreram na sala dos Eméritos da Reitoria durante 2016. O PDI foi finalizado com 14 objetivos, 71 iniciativas estratégicas e 806 ações, após o prazo de inclusão e exclusão de ações pela comunidade. A consolidação das ações foi realizada pela Pró-Reitoria de Planejamento.

Cada ação foi atribuída à unidade proponente ou à unidade / comissão responsável pelo cumprimento, quando demandada. Algumas dessas foram vinculadas a mais de uma unidade, quando a consecução da meta depende da atuação mútua. O resultado final ficou assim distribuído, em relação à quantidade de ações por unidade organizacional responsável:



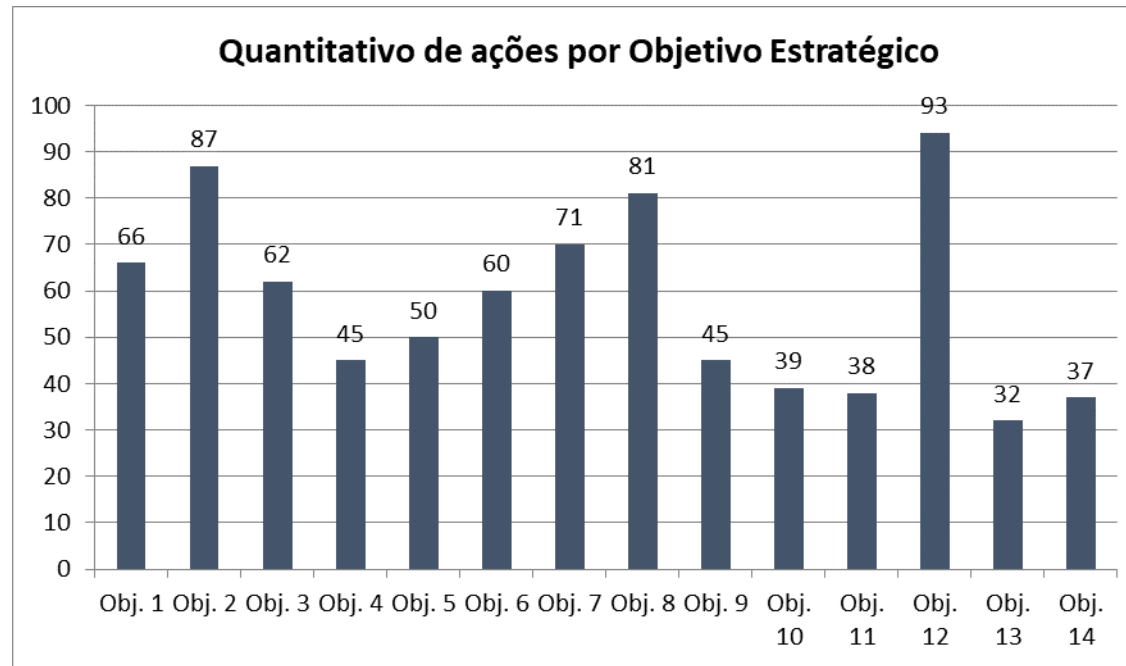
QUANTITATIVO DE AÇÕES PROPOSTAS POR UNIDADE ORGANIZACIONAL E POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

UNIDADE	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4	Obj. 5	Obj. 6	Obj. 7	Obj. 8	Obj. 9	Obj. 10	Obj. 11	Obj. 12	Obj. 13	Obj. 14	TOTAL
AC	1	2	6	1	1	0	3	3	0	0	2	0	1	0	20
AUDIN	0	1	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	6
BC	6	6	5	1	3	2	2	3	21	0	0	0	4	0	53
CCBS	10	14	5	4	7	7	5	6	7	0	2	6	0	0	73
CCET	4	2	2	0	5	2	3	2	1	0	2	2	0	0	25
CCH	12	10	7	3	8	11	5	7	7	1	3	7	1	3	85
CCJP	11	14	3	2	11	3	2	1	1	0	1	0	0	0	49
CEAD	3	4	2	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	13
COMISSÕES ¹	0	0	1	4	0	0	5	11	0	0	0	1	0	0	22
CLA	1	7	0	0	1	0	0	2	1	0	2	1	0	2	17
COMSO	0	0	3	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
CRI	0	6	3	4	0	29	3	0	0	0	2	1	0	1	49
DTIC/PROPLAN	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	20	0	16
ENGENHARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	28	0	0	21
OUVIDORIA	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
PI	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
PRAE	3	5	2	2	0	1	4	1	6	0	0	0	0	0	24
PRÓ-REITORIAS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PROAD	0	0	0	0	0	0	0	6	0	13	0	29	3	0	51
PROExC	6	2	15	0	1	2	2	6	0	0	1	0	0	0	35
PROGEPE	0	0	2	0	0	0	2	17	0	10	17	0	0	31	79
PROGRAD	4	11	1	1	0	1	2	2	1	0	0	1	0	0	24
PROGPPI	5	2	2	1	12	2	2	3	0	0	3	1	0	0	33
PROPLAN	0	1	3	0	0	0	25	5	0	0	2	0	0	0	36
REITORIA / VICE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	0	0	5
Ações conjuntas ²	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	3	0	18
TOTAL	66	87	62	45	50	60	71	81	45	39	38	93	32	37	806

Fonte: Consolidado pela PROPLAN, 2018.

¹ Por comissões, entende-se as comissões e comitês de trabalho contínuo na Universidade: Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS); Comissão de elaboração do PDA (Portaria n.º 699, de 27 de julho de 2016); Comissão de elaboração do PDI (Portaria 595, de 24 de junho de 2016); comissões de revisão do Estatuto e do Regimento da UNIRIO; Comissão Permanente de Sustentabilidade Institucional (COPESI); Comissão Própria de Avaliação (CPA); Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); Comissão de Acessibilidade (COPEA); Comissão Permanente de Transparência Organizacional (CPTO); Comitê de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (CGTIC).

² Diz respeito a ações conjuntas, cuja execução envolve mais de uma unidade organizacional. São, por exemplo, ações cuja consecução depende de atividade conjunta da DTIC e PROAD; DTIC e PROGEPE; Coordenação de Engenharia e PROAD; COPESI e PROAD.



Fonte: PROPLAN, 2018.

Pelo gráfico apresentado, conclui-se que as 806 ações propostas se concentram em 4 Objetivos Estratégicos, correspondendo a 41,2% das ações. Apresentam os seguintes percentuais em relação ao número total de ações:

- Objetivo n.º 12 (infraestrutura física), com 11,67% das ações;
- Objetivo n.º 2 (formação profissional dos estudantes), com 10,8% das ações;
- Objetivo n.º 8 (melhorias no processo organizacional), com 10% das ações;
- Objetivo n.º 7 (melhorias da estrutura organizacional), com 8,7% das ações.

Esse resultado reforça o apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional do período anterior (2012-2016), em que os Objetivos n.º 2, n.º 12 e n.º 8 também foram os que tiveram mais ações associadas. Portanto, houve manutenção do foco de ações da Universidade nos mesmos eixos. Por outro lado, destaca-se a expansão das ações relacionadas a adequações da estrutura organizacional.

O PDI 2017-2021 foi submetido à apreciação e aprovado pelos Conselhos Superiores da Universidade pela Resolução n.º 4.800, de 09 de maio de 2017.

A partir da aprovação do PDI 2017-2021, durante o ano de 2017, foi elaborado e atualizado todo o marco regulatório da Universidade, de modo que o PDI é a base de articulação com outros planos internos.

Articulação do Plano de Desenvolvimento Institucional com outros planos estratégicos



Fonte: PROPLAN, 2018.

O PROCESSO DE MONITORAMENTO DO PDI

No item 7.3 do PDI 2017-2021 trata de seu monitoramento e revisão, cabendo à PROPLAN a coordenação do processo, segundo a matriz de responsabilidades presente no PDI.

A partir da aprovação do PDI 2017-2021 pelos Conselhos Superiores, a Pró-Reitoria de Planejamento iniciou o processo de registro do documento no ForPDI, uma Plataforma Aberta para Gestão e Acompanhamento do PDI, desenvolvida pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento da ANDIFES, visando à gestão e ao acompanhamento do PDI e de universidades federais e outras instituições públicas.

Além disso, ao final do exercício 2017, para monitoramento das ações de forma detalhada, as ações propostas foram distribuídas de acordo com a unidade organizacional proponente, para avaliação dos gestores das respectivas unidades organizacionais, em relação à consecução total (100%), parcial (1% a 99%) ou não consecução (0%) das ações planejadas. Também foi incluída uma justificativa para cada caso de cumprimento parcial ou não realização das ações, e possíveis observações que os gestores consideraram pertinente.

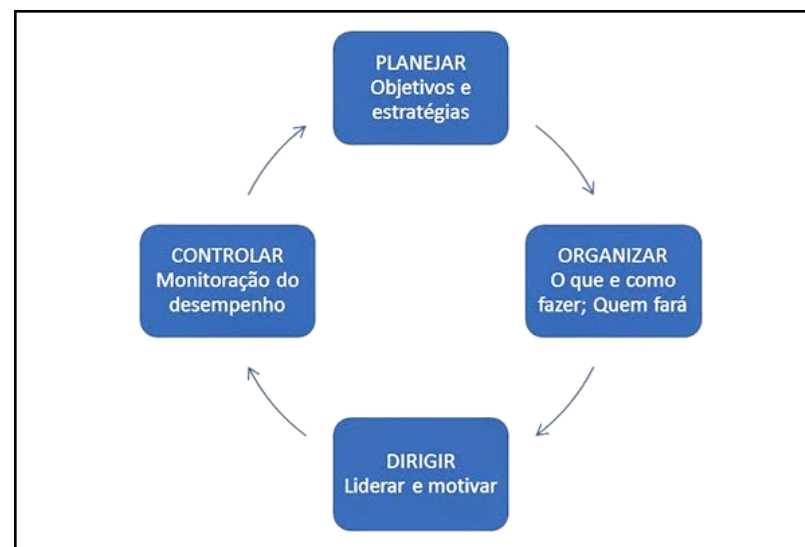
O preenchimento dos resultados foi *on line*, pelo gestor das respectivas unidades proponentes, e a seguir, as respostas foram agregadas e analisadas pela Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e pela Pró-Reitoria de Planejamento, gerando este Relatório de Monitoramento.

Especificamente em relação aos Indicadores de Desempenho da Instituição, os dados foram obtidos por intermédio da Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais (DAINF), responsável pelo

Instrumento de Captação de Dados Institucionais, e calculados pela PROPLAN.

O processo de monitoramento se aproxima à função de controle da Administração, que compara ações, estratégias e objetivos planejados com o que foi executado. Considerando o ciclo das funções da Administração, é a partir do monitoramento do desempenho e da análise dos resultados que os recursos podem ser ajustados com vistas a corrigir e prevenir falhas e dirimir dificuldades.

FIGURA 1: FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO



Fonte: Portal Administração

<<http://www.portal-administracao.com/2013/10/administracao-geral-especial.html>>

RESULTADOS DO MONITORAMENTO PARCIAL DO PDI ELABORADO EM 2018- ANO BASE 2017

Algumas ações (75) foram programadas pelas Macrounidades para serem iniciadas a partir do segundo ano de vigência do PDI (2018) até o fim de seu prazo de duração. Por não haver meta indicada para o exercício referente a este relatório (2017), não houve monitoramento dessas ações, a não ser que tenham sido cumpridas antecipadamente. Nesse sentido, no exercício de 2017, das 806 ações propostas para o período de vigência do PDI, foram monitoradas 731 ações.

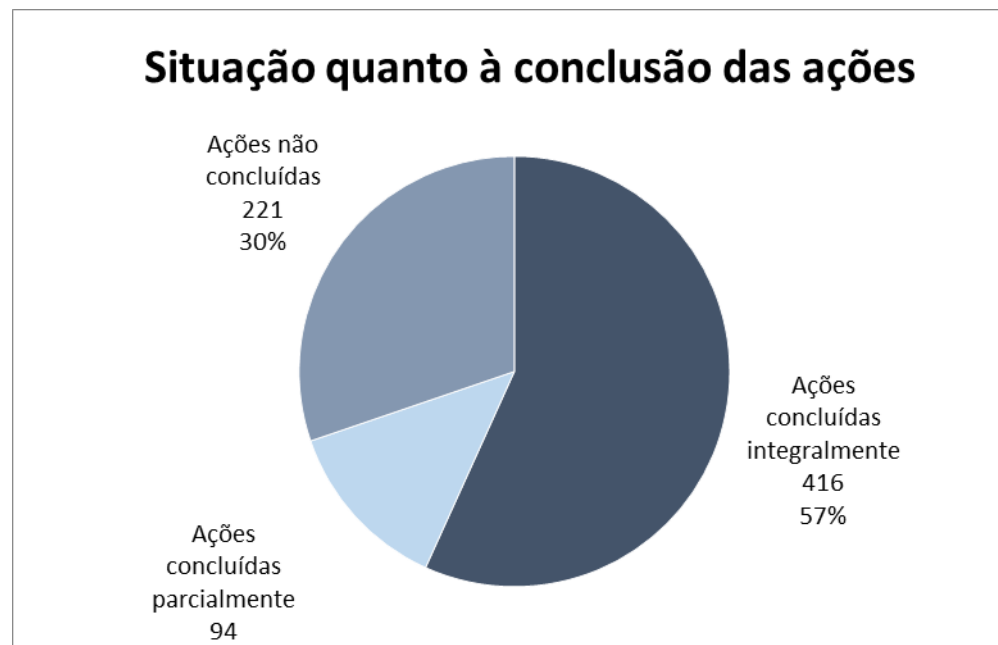
Sinteticamente, o monitoramento apresentou o seguinte resultado em relação à consecução das ações, por Objetivo Estratégico, analisado e preenchido pelos gestores das unidades propositoras e consolidado pela PROPLAN:

QUADRO 1: RESULTADOS DO MONITORAMENTO, POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivos Estratégicos	Ações concluídas integralmente (100%)	Ações concluídas parcialmente (1% - 99%)	Ações não concluídas (0%)	Total
1. Garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento.	49	11	4	64
2. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional.	53	14	17	84
3. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na instituição.	47	5	7	59
4. Garantir a transparência organizacional.	26	9	3	38
5. Garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .	43	2	4	49
6. Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.	50	3	6	59
7. Promover melhorias na estrutura organizacional.	32	8	16	56
8. Promover melhorias no processo organizacional.	34	22	19	75
9. Melhorar condições de estudo e convivência dos alunos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão.	20	1	22	43
10. Melhorar condições de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos.	10	5	17	32
11. Fomentar política de qualificação e capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos.	23	3	11	37
12. Assegurar a execução dos projetos de otimização da infraestrutura física.	16	7	51	74
13. Assegurar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação.	9	3	16	28
14. Adequar o quadro dos servidores às necessidades institucionais.	4	1	28	33
TOTAL	416	94	221	731

Fonte: Consolidado pela PROPLAN

O gráfico a seguir resume o resultado geral, no que tange à conclusão das ações programadas para 2017, apresentado no quadro anterior:



Fonte: Elaborado pela PROPLAN, 2018.

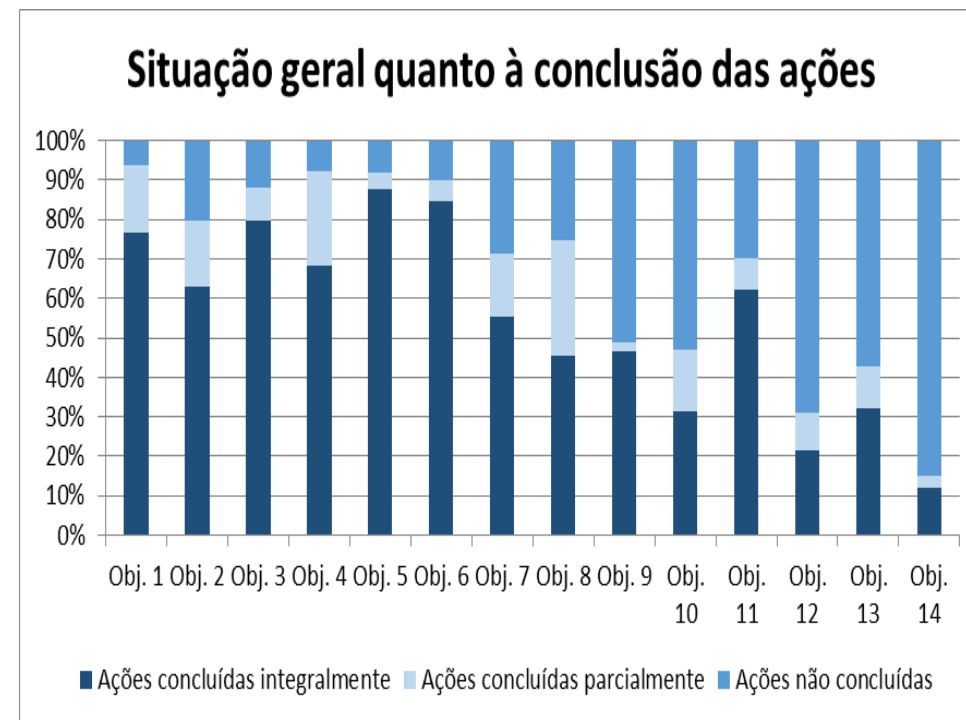
Verificou-se que mais da metade das ações (57%) programadas para 2017 foram concluídas integralmente ao final do exercício, o que demonstra um bom desempenho institucional. Se somadas às ações concluídas parcialmente, para as quais os gestores indicaram percentual de conclusão de 1% a 99%, constatou-se que 70% das ações programadas para 2017 foram pelo menos iniciadas.

As 95 ações concluídas parcialmente tiveram percentual médio de conclusão em torno de 51%.

Das ações não concluídas (30%), as principais justificativas apresentadas pelos gestores (presentes no apêndice deste documento) dizem respeito à falta de recursos humanos, financeiros e dificuldades estruturais. Quanto às ações planejadas para serem executadas em conjunto, por mais de uma unidade responsável, verificou-se como justificativa deficiências de comunicação, de forma que as ações foram postergadas para o exercício seguinte.

O resultado do monitoramento das ações conjuntas demonstrou a necessidade de atuação de forma contundente e cooperativa entre as unidades, sob pena de reiteradas respostas de não cumprimento.

Se desdobrarmos os resultados, com vistas à análise da eficácia das ações propostas, considerando cada um dos Objetivos Estratégicos às quais estão vinculadas, apresenta-se o seguinte gráfico:



Fonte: PROPLAN, 2018.

O gráfico nos mostra os objetivos que apresentaram melhor rendimento:

- Objetivo n.º 5 (garantir o desenvolvimento de pesquisa), com 87,7% das ações desenvolvidas integralmente;

- Objetivo n.º 6 (manter intercâmbio com entidades), com 84,7% das ações concluídas integralmente;
- Objetivo n.º 3 (estender à sociedade os benefícios gerados na instituição), com 79,6% das ações desenvolvidas integralmente;

Em contrapartida, os seguintes objetivos apresentaram baixa eficácia:

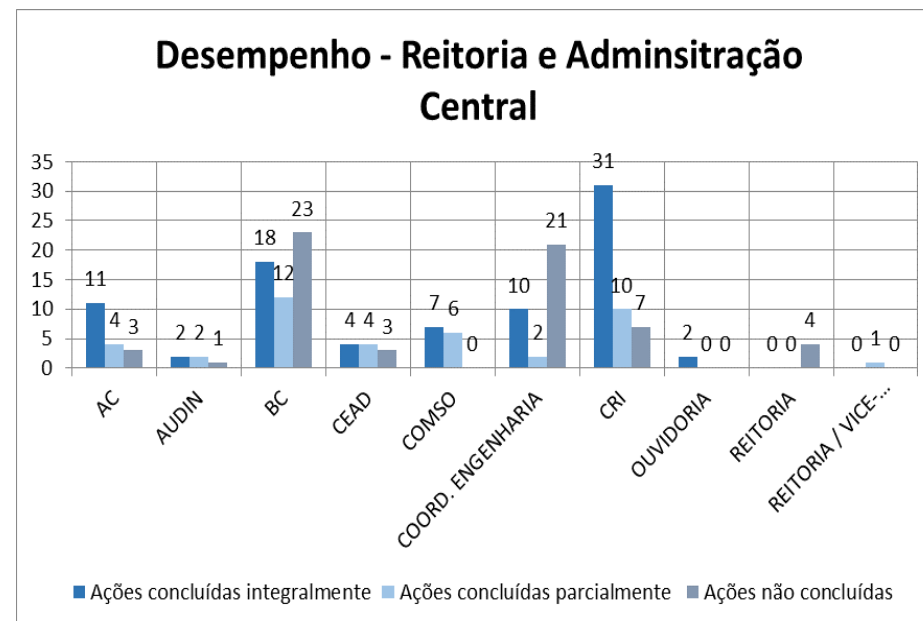
- Objetivo n.º 14 (adequar o quadro de servidores), com 84,8% de ações não concluídas;
- Objetivo n.º 12 (assegurar infraestrutura física), com 68,9% de ações não concluídas;
- Objetivo n.º 13 (assegurar o desenvolvimento de TIC), com 57,1% de ações não concluídas.

O resultado geral indica desempenho satisfatório das ações desenvolvidas no microambiente da Universidade, ou seja, que dependem essencial e unicamente da instituição para sua consecução. Por outro lado, ações que dependem da atuação governamental, associadas à (re)estruturação de servidores, física e de recebimento de proventos, ficaram seriamente comprometidas durante o ano de 2017.

Especificamente em relação às ações de Tecnologia de Informação e Comunicação, espera-se dar consecução às que não foram concluídas, a partir do próximo exercício, conforme a orientação do Plano Diretor de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDGTIC), aprovado em 1º de setembro de 2017.

Os resultados quanto à consecução das ações traduzem o desempenho por unidade organizacional. Nos gráficos apresentados a seguir, as principais unidades foram agrupadas para melhor visualização dos resultados:

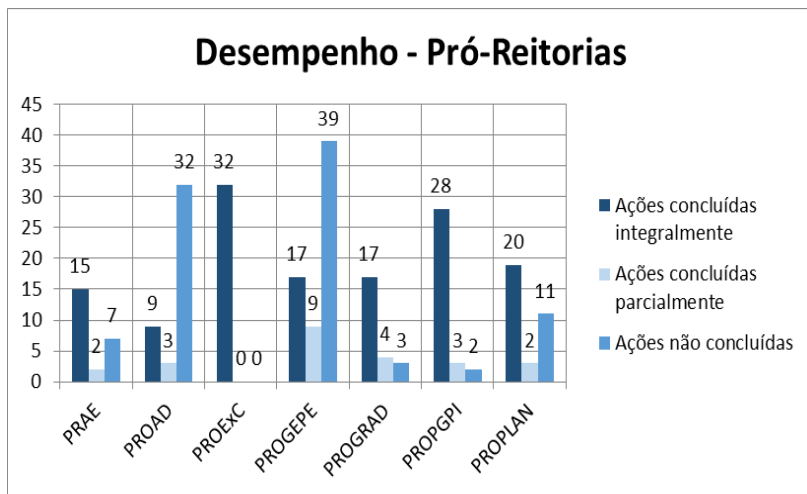
A Coordenadoria de Relações Internacionais saiu-se expressivamente melhor do que as outras unidades organizacionais em questão. Deve-se apontar o esforço assumido pela atual gestão, num momento em que o aporte financeiro é reduzido pelo governo federal,



Fonte: PROPLAN, 2018.

somado a determinação e dedicação dos servidores da CRI.

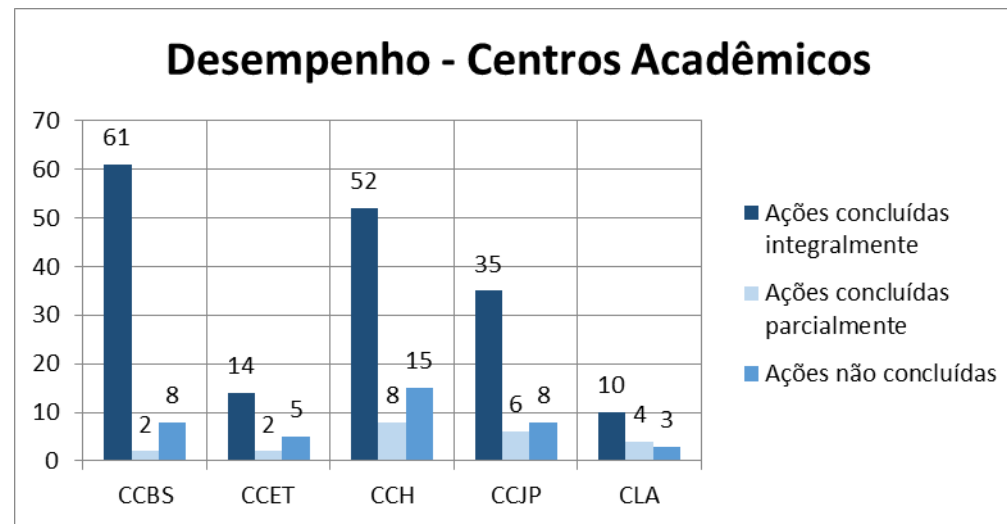
Também cabe explicar que as ações não concluídas pela Reitoria e Vice-Reitoria dizem respeito à infraestrutura e distribuição de espaços físicos, comprometidas devido aos escassos recursos recebidos.



Fonte: PROPLAN, 2018.

Dentre as Pró-Reitorias Acadêmicas, a PROEXC foi a que se despontou, atingindo 100% das ações propostas como realizadas. Cumpre destacar que, a unidade em tela recebe apoio financeiro de cotas parlamentares, o que propicia a realização de ações que dependem de recursos financeiros.

Além disso, há que se apontar que as ações da Pró-Reitoria estão dispostas em diversos objetivos estratégicos o que demonstra solidez das ações e comprometimento da equipe.



Fonte: PROPLAN, 2018.

O Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) aparece como o principal centro a concretizar as suas ações, seguido do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH).

Levando em consideração que CCBS apresentou menos quatro ações que o CCH, mesmo assim ele apresenta um quadro positivo melhor, pois apresenta entre ações concluídas e parcialmente concluídas um total de 63 ações num total de 71 ações. Já o CCH, num total de 75 ações, apresenta o total de 60 ações concluídas e parcialmente concluídas.

O Centro de Letras e Artes (CLA), bem como Centro de Ciências Exatas e Tecnologias (CCET) apresentam desempenhos semelhantes, sendo este ainda muito distante do desejado.

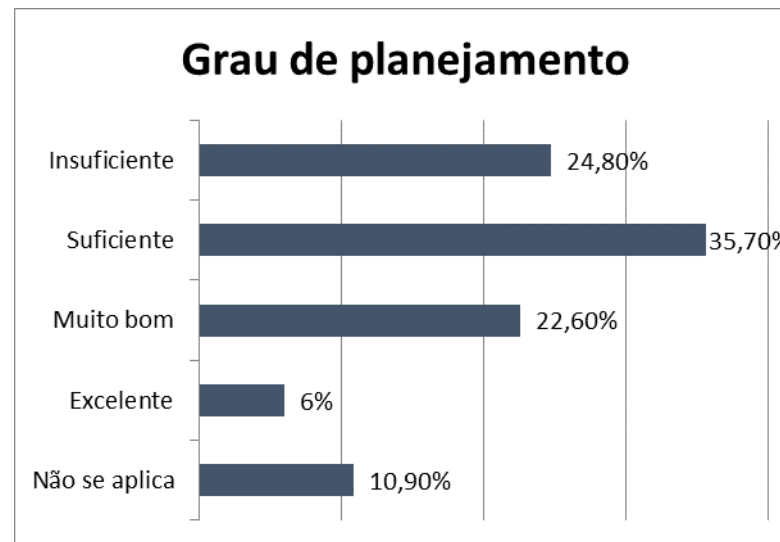
O PDI NAS AUTOAVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS

O processo de acompanhamento do PDI também constou na Autoavaliação Institucional anuais, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação da Universidade (CPA).

Segundo o Relatório de Autoavaliação Trienal, no que tange ao Plano de Desenvolvimento Institucional, seu objetivo geral um de seus objetivos é o de “sensibilizar e medir o grau de fixação do PDI entre os membros da comunidade” (UNIRIO,2018, pg.6).

Na autoavaliação anual de 2017, foi inserida uma questão sobre o planejamento e as ações acadêmico-administrativas com base nos resultados das avaliações, apresentada com sua resposta a seguir:

“Como você considera o grau de planejamento e ações do seu segmento mediante a elaboração e execução das metas do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) vigente?” (UNIRIO, 2018, p. 28)



Fonte: Adaptado de UNIRIO, 2018, p. 28.

Fazendo uma comparação com a questão que versava sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional na Autoavaliação de 2016, em que ainda estava vigente a versão do PDI 2012-2016, à época, perguntou-se sobre o conhecimento e acesso aos documentos regulatórios da UNIRIO, entre eles, o PDI. O resultado demonstrou que menos da metade (43%) dos respondentes consideravam positivo (muito bom ou bom) o acesso à documentação formal da Universidade.

Esse resultado corrobora o apresentado pela CPA (UNIRIO, 2018, p. 52), que afirma que “as estratégias utilizadas para a elaboração do ‘novo’ PDI (2017-2021) apontam ter efetivamente mobilizado a comunidade universitária como um todo”.

Entende-se, pois, que as ações de intensificação da divulgação do Plano entre a comunidade universitária surtiram efeito, já que 64,3% dos respondentes afirmaram em 2017 que, para além do conhecimento sobre o PDI, consideram positivo (suficiente, muito bom ou excelente) o grau de planejamento e ações de seu segmento mediante a elaboração e execução das metas do PDI vigente.

A CPA fez outro destaque em relação às ações e metas do PDI, ressaltando que “é plausível supor que o PDI vigente atende aos anseios da comunidade universitária quanto ao planejamento de ações acadêmico-administrativas” (UNIRIO, 2018, p. 70). Constata-se que tal assertiva se dá à construção coletiva, divulgação entre os 3 segmentos e à forma de condução e aplicação do PDI na prática.

CONCLUSÃO

A despeito da importância do acompanhamento e monitoramento do planejamento estratégico para uma instituição, esses procedimentos na UNIRIO são bastante recentes.

Existe uma visão geral errônea, segundo a qual o planejamento é confundido com o orçamento. Sendo a primeira etapa da gestão, o planejamento é um processo contínuo, em que ações são integradas para consecução dos objetivos institucionais, levando em consideração pontos fracos e fortes, ameaças e oportunidades envolvidas no contexto.

O monitoramento se associa à função de controle na Administração Pública, com vistas a avaliar o desempenho da instituição e de suas unidades, indicando a necessidade de ações corretivas para as

falhas detectadas e com vistas ao replanejamento dos processos para eficiência da gestão.

O acompanhamento do PDI começou a ser realizado pela PROPLAN, sendo executado parcialmente durante a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional anterior (2012-2016), por meio dos Relatórios de Gestão e Relatórios de Atividades, documentos elaborados pela Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais (DAINF), a partir das informações das unidades organizacionais.

Apesar dos planos estratégicos anteriores, somente ao final do PDI 2012-2016 foi elaborado e divulgado um relatório detalhado de seu monitoramento, o que demonstra que a UNIRIO não possui uma cultura de cumprimento de prazos e de monitoramento para o desenvolvimento institucional.

Com relação ao PDI 2017-2021, o monitoramento se iniciou em dezembro de 2017 e seu fechamento só ocorreu em setembro de 2018, o que demonstra as dificuldades em relação à falta de cultura e ao cumprimento de prazos citados anteriormente.

Na UNIRIO, apesar de o planejamento estar somente agora se direcionando para as novas tendências gerenciais da Administração Pública, é preciso compreender que ele passa a ter papel fundamental no que concerne ao monitoramento de planos estratégicos, ao desenvolvimento institucional, ao gerenciamento de riscos, à governança de Tecnologia de Informação e Comunicação, à demonstração da evolução dos dados institucionais, bem como da Integridade.

Destaca-se que há que se investir nos níveis tático e operacional, de forma a levar os planos à execução, minimizando a necessidade de revisões e as possibilidades de insucessos.

A percepção das unidades organizacionais que compõe a UNIRIO de seu papel no atendimento aos objetivos estratégicos é de fundamental importância para a consecução das metas estabelecidas. Sem o envolvimento de todos, os resultados são comprometidos. A definição clara dos objetivos estratégicos a serem priorizados e o monitoramento constante das ações realizadas para o atendimento dos mesmos minimiza os riscos e, ao mesmo tempo, aumenta a possibilidade de êxito nos resultados das metas de desempenho.

Os resultados do ano de 2017 indicam claramente a necessidade de investimento no ensino de graduação, aprimorando e ampliando políticas institucionais que visem à melhoria da Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), uma vez que esses índices estão diretamente ligados ao orçamento universitário. Observa-se que o percentual de alunos concluintes, quando comparados aos alunos ingressantes ainda é considerado baixo, o que afeta a meta estabelecida para a TSG.

Os resultados do ensino de Pós-graduação superaram as expectativas, todavia ainda é preciso investir, para se conseguir o aumento dos conceitos dos Cursos de Mestrado e Doutorado pela CAPES.

No que concerne à Administração, nota-se que é necessário maior comprometimento das Pró-Reitorias de Administração (principalmente no que diz respeito à agilização das aquisições) e na de Gestão de Pessoas (agilização em processos que dizem respeito ao redimensionamento de força de trabalho). Observa-se também, um decréscimo no percentual de servidores qualificados no ano, diferente do percentual de aumento dos servidores capacitados no ano, que supera em muito o projetado.

Nesse sentido, a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional espera que os resultados apresentados nesse relatório ajudem a mobilizar a comunidade universitária no sentido da

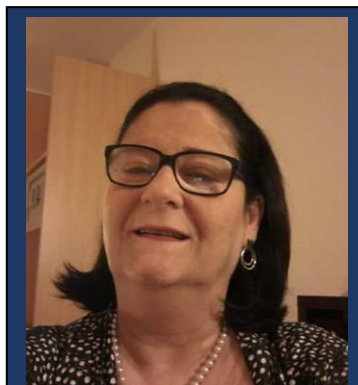
conscientização da importância da tarefa de monitoramento de suas ações planejadas, com vistas a captar seu desempenho por unidade, assim como o institucional.

Somente por meio do acompanhamento das ações será possível reconhecer os resultados e mensurar a eficácia da estrutura formal, de infraestrutura e de recursos humanos da Universidade.



ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO



Prof. Loreine Hermida S. Silva
Pró-Reitora de Planejamento

A principal ação desenvolvida pela Proplan durante o ano de 2018 foi a atualização do Estatuto da Universidade, documento que se refere às normas que regulamentam o funcionamento da entidade (estrutura, administração e suas atividades). Regula o seu funcionamento, bem como os direitos e obrigações de seus membros. Trata-se do principal instrumento regulatório, que datava ainda de 2001 e não refletia de fato o que é a Unirio atualmente.

Soma-se a esta ação, a elaboração do Plano de Integridade e sua aprovação pelos Conselhos Superiores. A adoção de programa de integridade pela administração pública direta representa um atrativo para investimentos, notadamente em razão de seus reflexos na segurança jurídica e transparência na gestão e destinação de recursos. Ainda sobre o Marco Regulatório Institucional, podemos destacar a instalação de uma cultura de governança efetiva, por meio do monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pelo monitoramento do Plano de Gestão, Gerenciamento de Risco e Controles Internos (PGERCI) e pela Carta de Serviços ao

Usuário. Os monitoramentos nos demonstram os melhores e os piores cenários que ocorreram durante o ano. Desta forma, o investimento de 2019 deve ser aplicado nas áreas de menor produtividade, buscando um equilíbrio nas concretizações da Universidade, elevando com consistências a instituição como um todo.

A de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação se fez por intermédio do seu Comitê que, deu transparência aos investimentos e evidenciaram as boas práticas relacionadas a esta área na Entidade. No que concerne à infraestrutura, inicia o credenciamento de unidades por conta de uma resolução criada pela Proplan. Hoje a Unirio tem registrado no seu sistema de gerenciamento os laboratórios de ensino, pesquisa, extensão, inovação e multidimensional, além das comissões permanentes que auxiliam na gestão universitária.

A transparência também foi um dos desafios pela qual passamos em 2018. Uma nova página da LAI foi construída baseada na legislação em vigor, permitindo o acesso rápido e atualizado da informação. Por decisão da comissão de transparência, a UNIRIO apresenta dados para além daqueles que são exigidos na legislação.

Finalizando, a atual Pró-Reitoria de Planejamento pode com dados concretos, evidenciar a melhoria da Instituição, seja tanto na área acadêmica como na administrativa, seguindo um caminho que se trilhou através da estruturação aprofundada de metas, com de indicadores que são de fato acompanhados. Só esse detalhamento permitiu saber o alcance dos objetivos e quais rumos precisam ser revistos para garantir que os alvos sejam atingidos.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

UNIDADE: 26269 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Ação	Título	Execução Orçamentária e Financeira				
		Dotação		Despesa		
		Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	13.792.935	15.112.935	15.047.061	6.454.943	5.907.876
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	41.502.551	53.618.316	53.052.817	50.282.745	49.970.784
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	6.724.844	6.724.844	6.724.844	6.512.389	6.211.989
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	2.456.003	2.456.003	2.456.003	1.617.916	1.616.738
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.459.164	1.680.979	1.657.043	1.657.043	1.529.462
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	11.413.097	11.892.947	11.718.654	11.718.654	10.743.363
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	24.000	24.000	24.000	24.000	24.000
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	900.000	900.000	900.000	724.331	605.137

Fonte: SIOP - Informações de apoio à prestação de contas ao TCU.

UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle (HUGG)

Ação	Título	Execução Orçamentária e Financeira				
		Dotação		Execução		
		Inicial	Final	Empenhado	Liquidado	Pago
20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	4.918.072	2.018.072	1.905.083	368.158	71.255
4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	5.271.626	5.271.626	4.418.774	3.009.346	1.822.054
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	519.828	711.810	691.356	691.356	632.597
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6.799.541	8.624.199	8.524.007	8.524.007	7.817.654

Fonte: SIOP - Informações de apoio à prestação de contas ao TCU

Desempenho: Alguns aspectos prejudicaram o bom desenvolvimento das ações. Destacam-se:

Elevado nível de comprometimento do orçamento da Universidade com despesas de manutenção necessárias ao funcionamento da instituição e dotação orçamentária insuficiente em relação ao volume das demandas para o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal;

O Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), presidido pela Pró-Reitora de Planejamento Prof^ª DR^ª Loreine Hermida da Silva e Silva, é a instância colegiada responsável pela gestão de TIC da UNIRIO. Possui entre os seus objetivos a incumbência de assessorar a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) na formulação de propostas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades de TIC para a UNIRIO.

Em sessão Ordinária do Conselho Superior realizada em 1 de setembro de 2017, foi aprovado por meio da Resolução N° 4.849, o Plano de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação (PGDTIC) para o quadriênio de 2017 – 2021, que está alinhado ao Plano Diretor Institucional (PDI) da UNIRIO. O PGDTIC está disponível para consulta em: <http://www.unirio.br/cgtic>.

A DTIC vem redefinindo os portais da UNIRIO de acordo com os padrões definidos pelo eMAG do Governo Federal para acessibilidade de portais web. Já em relação a interoperabilidade dos nossos sistemas com os sistemas estruturantes do Governo Federal, ainda estamos na fase embrionária.

Modelo de governança de TI;

O Modelo de Governança de TIC adotado na UNIRIO tem como principal instância o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) que possui atribuições de assessoramento e decisão, visando o cumprimento do PGDTIC.

Montante de recursos aplicados em TI;

Diretoria Financeira

Contratações mais relevantes de recursos de TI;

O ano de 2018 foi caracterizado pela contenção de recursos financeiros para a nossa instituição. Mesmo assim, foi possível realizar investimentos para aquisição de equipamentos destinados à implantação da Rede UNIRIO no prédio novo do Centro de Ciências Humanas - CCH. Também foi possível investir na renovação de parte do parque tecnológico, com a aquisição de 100 (cem) novos equipamentos destinados aos usuários finais da instituição em cumprimento a ação do PGDTIC, que prevê a modernização do parque computacional da UNIRIO. Cabe ressaltar, que a DTIC não possui gestão sobre os recursos financeiros destinados à TIC.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor;

Considerando a cadeia de valor da UNIRIO concentramos as informações aqui apresentadas referentes ao objetivo da formação dos estudantes.

Dessa forma, a DTIC, mesmo com a equipe de TIC reduzida, conseguiu avançar na implantação de padrões de acessibilidade dos nossos Portais em atendimento ao eMAG do Governo Federal. Também foi disponibilizado no segundo semestre de 2018, a possibilidade do corpo estudantil da UNIRIO possuir conta de e-mail institucional (@edu.unirio.br), possibilitando uma maior interação entre grupos de estudantes e estudantes com os seus professores, por meio das diversas ferramentas colaborativas disponibilizadas na plataforma.

É constante o processo de evolução e adaptação de aplicações visando melhorias para atendimento ao corpo discente. Em especial, no ano de 2018, foi consolidada a interoperabilidade entre o sistema do ENEM com o processo de seleção de estudantes que necessitam realizar testes de habilidades específicas. Com isso, garantimos uma melhor integridade dos

dados no sistema da UNIRIO, devido a inserção de dados cadastrais serem totalmente eletrônica.

Merece destaque, a implantação do processo de solicitação e emissão de diplomas e certificados acadêmicos totalmente de forma digital. A solicitação de emissão do mesmo é realizada pela *Web*. Já em relação aos serviços ofertados, também merece destaque a implantação da rede Wi-Fi Eduroam em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que possibilita aos estudantes acesso, com as mesmas contas e senhas da UNIRIO, em redes Wi-Fi de outras instituições conveniadas (nacional e internacional) dessa rede de serviço.

Segurança da informação;

Em 12 de dezembro de 2018, por meio da Resolução Nº 5.091 do Conselho Universitário, foi aprovado o regulamento do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC) da UNIRIO que tem como finalidade a gestão e fiscalização das políticas e as diretrizes relacionadas e aprovadas de segurança da informação. O CSIC é um comitê consultivo e eventualmente deliberativo, diretamente subordinado à Reitoria. Na próxima reunião do CSIC, será apresentada à Reitoria a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) para que seja encaminhada ao Conselho Universitário visando a sua aprovação, para implantação na UNIRIO. Ressalta-se, que mesmo sem o documento formalmente aprovado, a Seção de Segurança e Acesso à Informação diretamente subordinada a DTIC, vem praticando ações que visam garantir a segurança dos acervos e dados institucionais.

Principais Sistemas de Informação

SIE - Sistemas de Informação para o Ensino: Sistema externo, com manutenção interna e externa. Foram desenvolvidas várias interfaces para

Web dentre as quais destacamos: Portal de Pesquisa, Portal de Ensino de Graduação, controle de bolsistas.

SISuXSIE: Tem como objetivo a gestão de todas as informações acadêmicas e administrativas da UNIRIO. Desenvolvido em Delphi. Utiliza o banco de dados DB2. Sistema desenvolvido internamente, com manutenção própria. Desenvolvido em Web2py. Utiliza o banco Postgres.

PLONE: Tem como objetivo ser o sistema gerenciador de conteúdo para



os portais Web que buscam apenas a exposição de informações. Cabe ressaltar, que foram desenvolvidos *templates* acessíveis de acordo com os padrões do e-MAG. Sistema *open source* gratuito.

GLPI: Sistema utilizado para o controle de chamados para suporte da equipe de Tecnologia da Informação. Sistema *open source* gratuito.

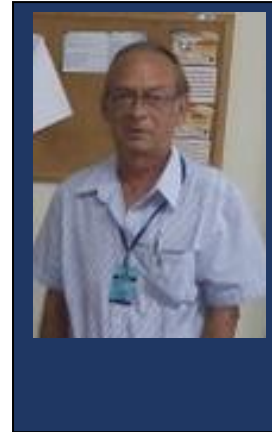
SISTACADXSIE: Tem como objetivo o controle e importação e manutenção dos dados acadêmicos dos estudantes de graduação da modalidade a distância. Sistema desenvolvido internamente, com manutenção própria. Desenvolvido em PHP. Utiliza o banco Postgres.

SEER: Tem como objetivo a divulgação e publicação das revistas institucionais. Sistema *open source* gratuito.

SOPHIA: Sistema de gestão de acervo bibliotecário que permite o controle de usuários. Possibilita também, que os usuários façam suas solicitações e controle de suas contas pela Web.

O principal desafio da DTIC da UNIRIO é fazer com que a comunidade universitária enxergue a TIC como uma engrenagem para podermos caminhar cada vez melhor, com o gerenciamento de atividades as nossas pesquisas, cursos e desafios acadêmicos que a cada dia se apresentam mais tecnológicos e com maior abrangência das suas ações.

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) é o setor executivo dentro da estrutura organizacional da Universidade que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas voltadas à administração e ao desenvolvimento do servidor. Compete a ela realizar ações e projetos voltados à melhoria do processo de trabalho da UNIRIO, atingindo diretamente a satisfação dos seus trabalhadores, a qualidade do serviço prestado e a melhoria dos resultados da instituição.

É um órgão de assessoria à Reitoria no que diz respeito às ações relacionadas aos direitos e deveres dos servidores, tais como seus dados funcionais, pagamento, licenças, afastamentos e aposentadoria. Além disso, tem como objetivo, na sua atuação, desenvolver ações que incentivem e valorizem o trabalhador como sujeito (autônomo, reflexivo e consciente) do seu processo de trabalho. Também intervêm sob a qualificação e capacitação dos servidores, sob as condições materiais e humanas para o desenvolvimento do trabalho e sob a avaliação de desempenho dos servidores. Através da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas existe grandes possibilidades para crescimento e inovação por ser uma área atuante no campo da Políticas de Recursos Humanos na Universidade, ficando as ações operacionais inerentes aos processamentos administrativos ligados à Diretoria de Gestão de Processos Administrativos.

Docentes – Despesas Efetuadas

Tipo de Despesas - Pessoal	Valor 2017 (em R\$)	Valor 2018 (em R\$)	Δ 2017/2018
Ativo (inclui INSS, previdência oficial, abono de férias, 13º salário, etc)	157.619.597,77	139.630.634,60	17.988.963,17
Inativo	43.765.867,26	42.740.095,72	1.025.771,54
Pensionista	3.754.627,38	3.824.457,40	69.830,02
Despesas com pessoal cedido - docente	710.418,98	682.938,20	27.480,78
Despesas com afastamento País / Exterior - docente	2.256.400,90	74.875,40	2.181.525,50

Fonte: PROGEPE, 2018.

Assim, a PROGEPE tem como atribuição tratar dos assuntos concernentes a carreira, de modo geral, da força de trabalho na Instituição. A PROGEPE realiza essa ação em conjunto com o seu público-alvo, criando espaços de discussão, de encaminhamento de propostas de ação e de reflexão, seja nos atendimentos realizados, nos projetos desenvolvidos ou nos grupos de trabalho ou comissões constituídas, como a Comissão da Carreira Docente.

Tipo de Despesas - Pessoal	Valor 2017 (em R\$)	Valor 2018 (em R\$)	2017/2018
Ativo (inclui INSS, previdência oficial, abono de férias, 13º salário, etc)	52.544.516,24	109.779.160,16	57.234.643,92
Inativo	40.829.162,03	50.780.284,59	9.951.122,56
Pensionista	4.735.369,73	5.363.988,73	628.619,00
Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo	260.283,76	1.484.080,04	1.223.796,28
Despesas com afastamento País / Exterior - técnico-administrativo	786.105,71	88.294,36	697.811,35

Fonte: PROGEPE, 2018.

As estratégias que adotamos para garantir esse envolvimento são: a construção de instrumentos que incentivem a permitam a participação de todos os servidores e gestores, como a criação de comissões, grupos de trabalho, eventos abertos com discussões sobre a carreira, desenvolvimento de projetos como o “Banco de Ideias”, visita aos ambientes de trabalho pela equipe da PROGEPE, etc.

É importante também ressaltar que, além dos servidores, a PROGEPE precisa trabalhar em parceria com todas as unidades organizacionais da Universidade, mas principalmente com os órgãos de assessoramento da Reitoria e com as Associações representativas das categorias profissionais, em prol do fortalecimento das carreiras docente e técnico-administrativa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2018										
	2017										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2018	142.436.899,21	5.160.768,26	20.180.230,30	16.554.380,55	20.472.501,09	4.532.413,46	316.618,39	826.861,54	314.431,44	210.797.122,24
	2017										
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2018	0,00	72.939,15	7.123,41	32.218,47	0,00	0,00	3.723,11	0,00	0,00	118.022,12
	2017										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2018	0,00	365.111,81	3.339,22	6.330,48	27.901,58	0,00	0,00	0,00	0,00	404.701,09
	2017										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2018	1.478.489,57	120,35	289.661,02	70.038,22	177.373,01	14.509,82	2.433,34	22.774,47	0,00	2.057.417,80
	2017										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2018	3.687.735,96	0,00	1.253.651,36	94.346,32	2.205.327,61	0,00	2.433,34	0,00	0,00	7.245.512,59
	2017										

Fonte: PROGEPE, 2018.

Um destaque importante nesta perspectiva é a aproximação da PROGEPE com as Associações dos Docentes e dos Técnico-Administrativos, que em conjunto, tem construído diversos avanços para a garantia dos direitos e o cumprimento dos deveres dos servidores, enquanto partícipes da instituição UNIRIO.

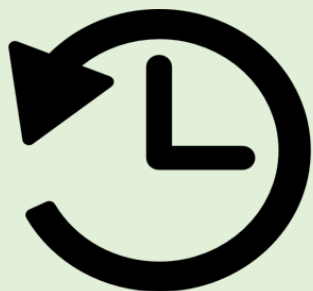
DOCENTES - 2018

FORMAÇÃO ACADÊMICA



GRADUAÇÃO	→	23
ESPECIALIZAÇÃO	→	16
MESTRADO	→	159
DOUTORADO	→	688

REGIME DE TRABALHO



TEMPO INTEGRAL COM DE

633

TEMPO INTEGRAL SEM DE

169

PARCIAL

71

ATUAÇÃO DOCENTE



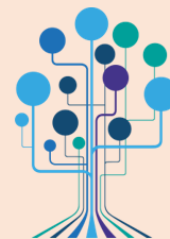
GRADUAÇÃO PRESENCIAL

866

518



PESQUISA



EXTENSÃO

360

274



PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU



GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

207

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

64%



36%



FUNDAMENTAL INCOMPLETO



8

22

FUNDAMENTAL COMPLETO



14

23

ENSINO MÉDIO



322

170

ENSINO SUPERIOR



699

344

ESPECIALIZAÇÃO



129

88

MESTRADO



76

28

DOCTORADO



16

12

TOTAL

1264

687

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



A Pró-Reitoria de Administração da UNIRIO, por meio dessa retrospectiva apresenta o desempenho das metas estabelecidas diante das ações orçamentárias disponíveis e os resultados obtidos no ano de 2018.

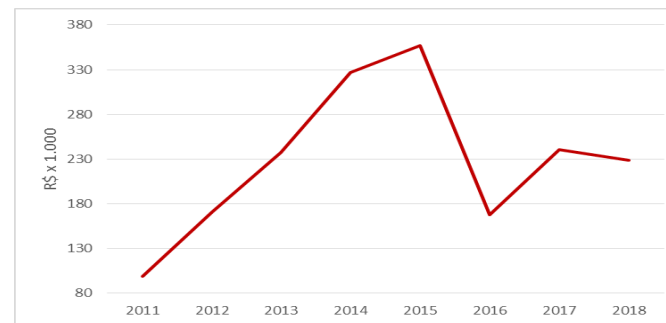
Os efeitos das ações são fruto de um intenso trabalho em atendimento às metas fixadas no início de cada período e tendo em vista os recursos orçamentários, as normas restritivas de contingenciamento, além da

contínua falta de repasses financeiros de forma regular.

Cabe destaque para os esforços no intuito de otimizar o funcionamento das atividades-fim da Universidade, que possibilitaram a continuidade dos projetos de ensino, de extensão, de cultura, de pesquisa e inovação.

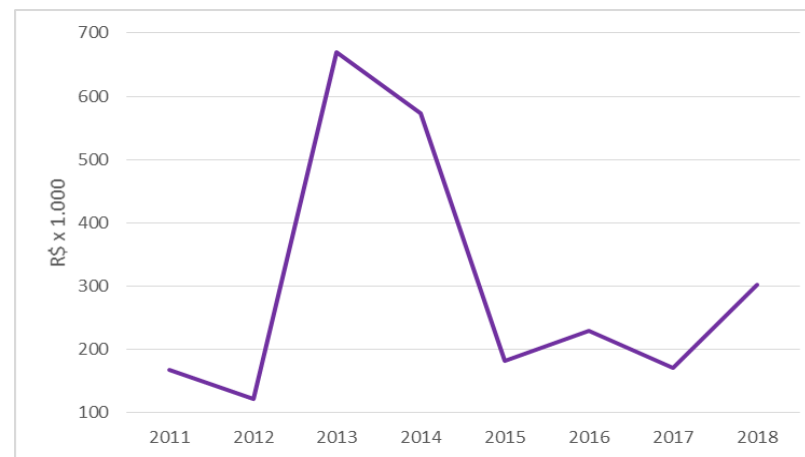
Os gráficos a seguir representam uma forma de ver e conceber a realidade, a cada período, ou seja, transcrever uma relação fundamental: a diversidade entre categorias de natureza administrativa e a análise da eficiência dos gastos orçamentários ante as funções da universidade.

Gráfico 1 - Despesas com assinaturas de periódicos e anuidades (2011-2018).



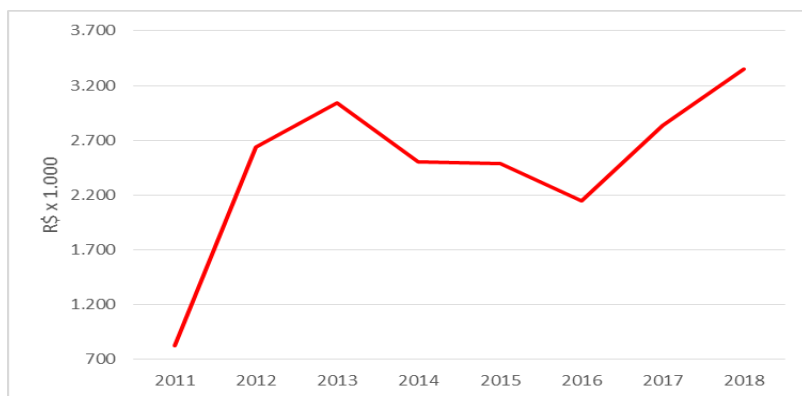
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 2 - Despesas com locação de máquinas e equipamentos (2011-2018).



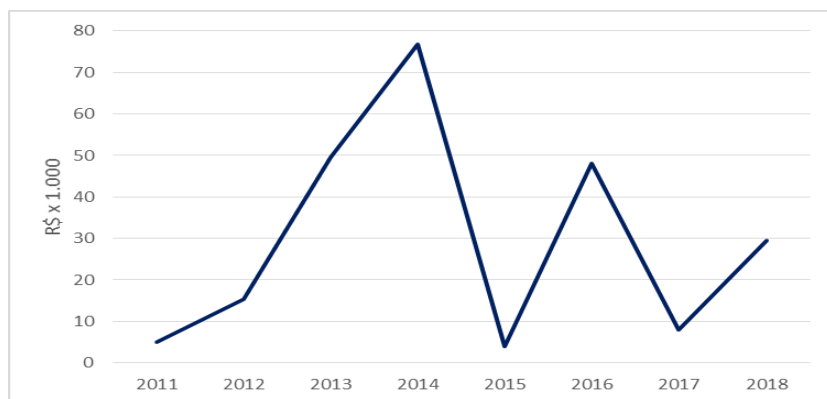
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 3 - Despesas com manutenção e conservação de bens imóveis (2011-2018).



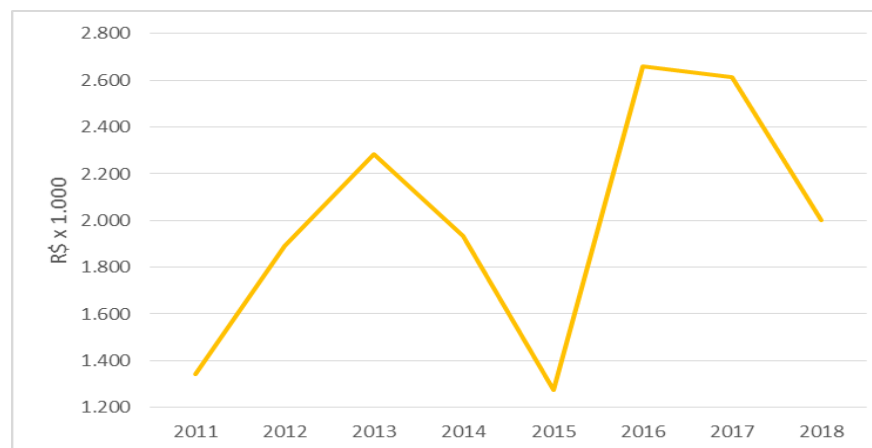
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 4 - Despesas com manutenção e conservação de veículos (2011-2018).



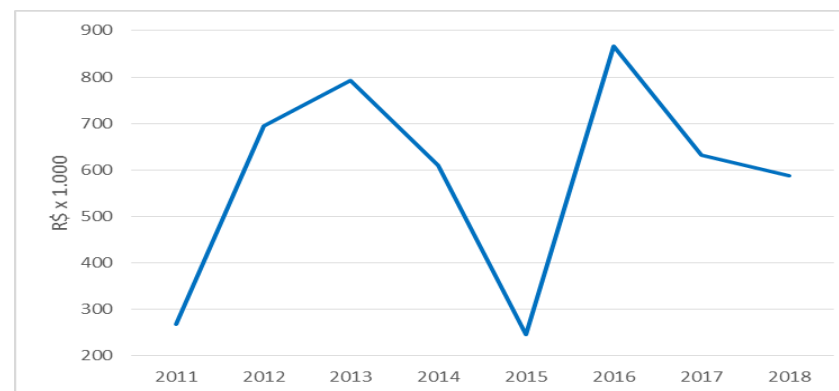
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 5 - Despesas com serviços de energia elétrica (2011-2018).



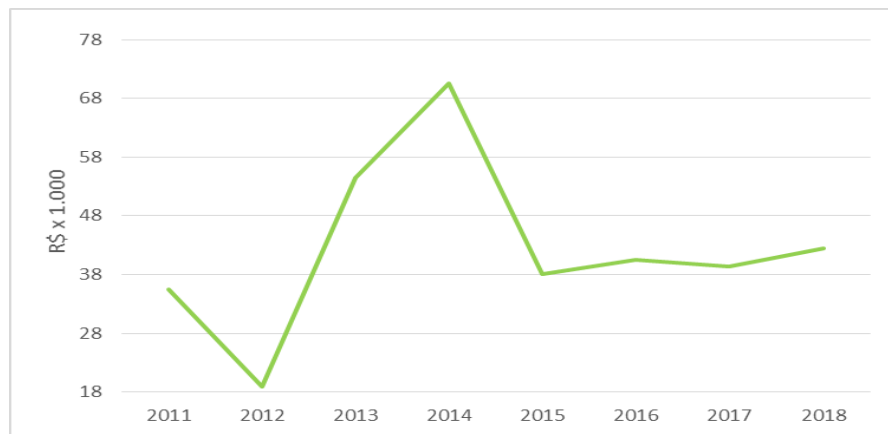
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 6 - Despesas com serviços de água e esgoto (2011-2018).



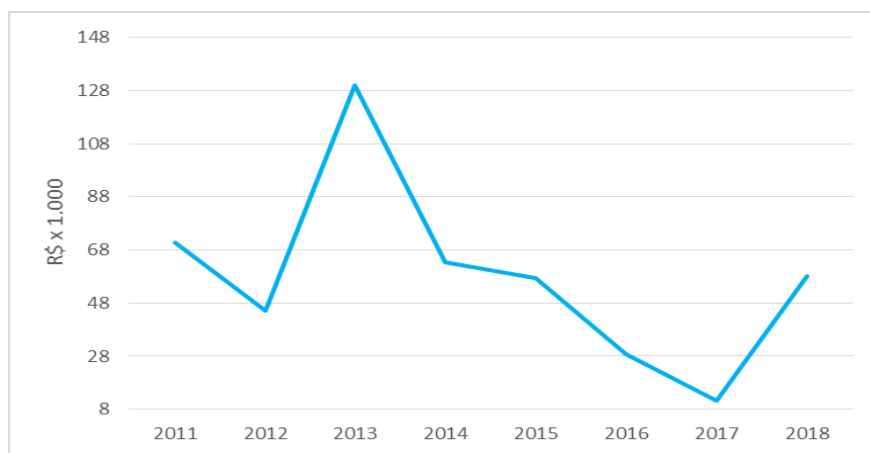
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 7 - Despesas com serviços de gás (2011-2018).



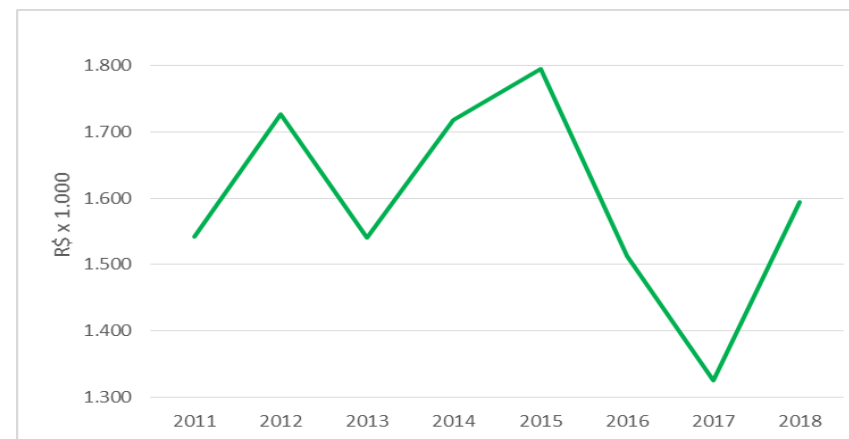
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 8 - Despesas com serviços de comunicação em geral (2011-2018).



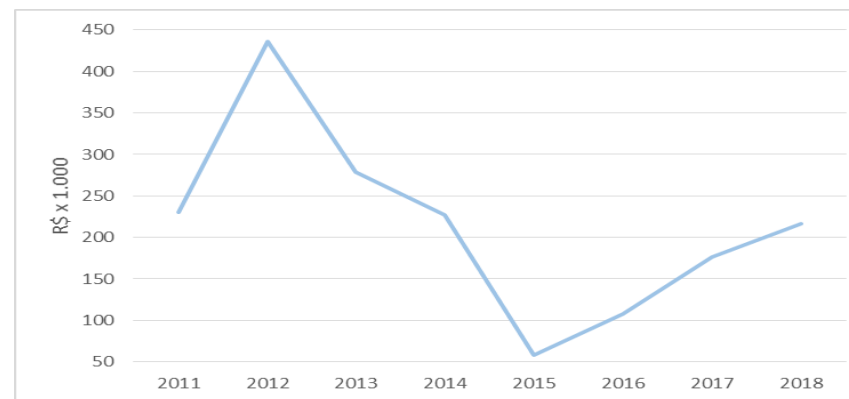
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 9 - Despesas com serviços de telecomunicações (2011-2018).



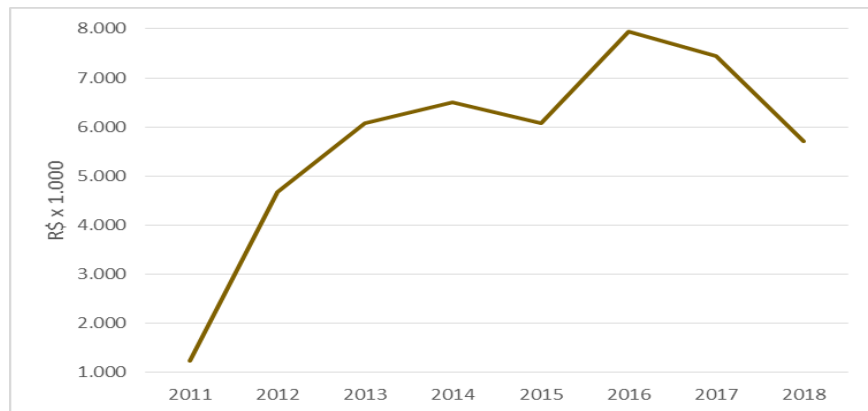
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 10 - Despesas com serviços gráficos e editoriais (2011-2018).



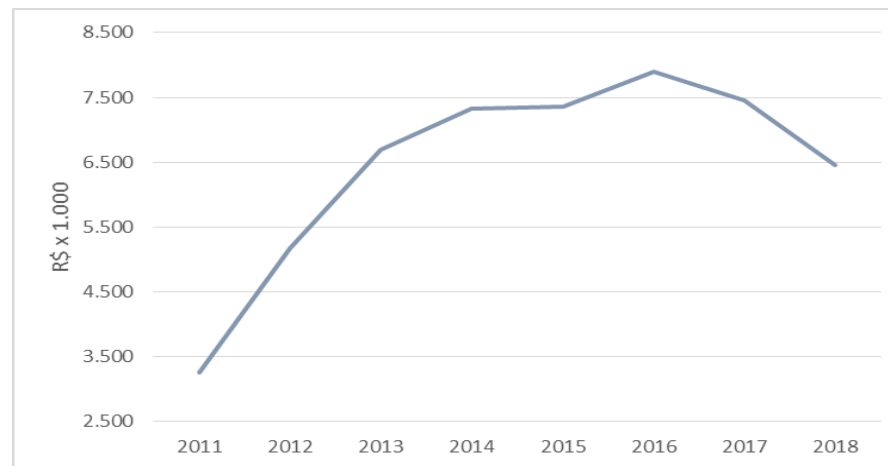
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 11 - Despesas com apoio administrativo, técnico e operacional (2011-2018).



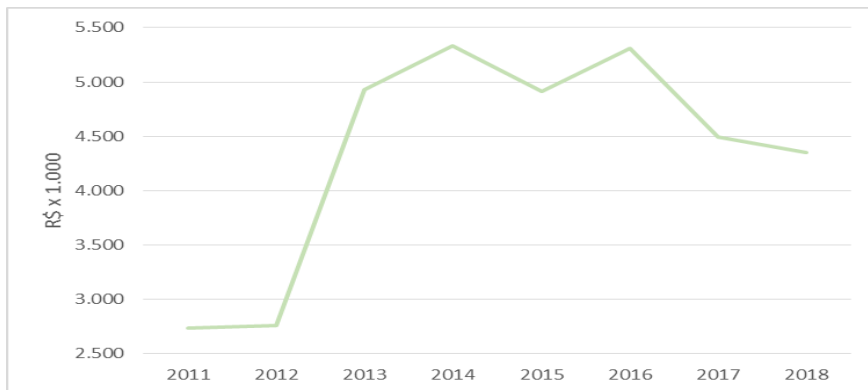
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 13 - Despesas com vigilância ostensiva (2011-2018).



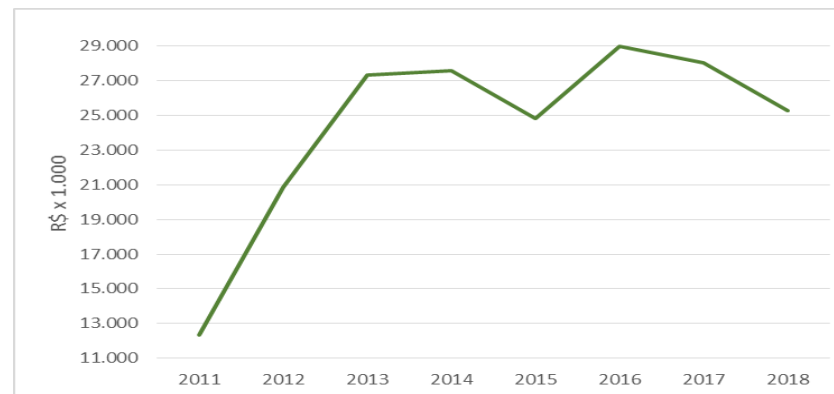
Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 12 - Despesas com limpeza e conservação (2011-2018).



Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Gráfico 14 - Total de despesas entre 2011 e 2018.



Fonte: DEFIN/PROAD, 2018.

Os resultados demonstram que o processo de gestão orçamentária e de execução financeira permitiu a redução do percentual de inadimplência diante do alinhamento das ações estratégicas com os recursos orçamentários para cada período, na medida em que sob a perspectiva normativa, a Constituição Federal de 1988 impõe ao Poder Executivo a responsabilidade do planejamento e orçamento por meio dos projetos de lei sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei do Orçamento Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PP), sendo determinadas as metas e prioridades para execução de períodos seguintes.

No intervalo de tempo referenciado, a elaboração e aprovação dos orçamentos da UNIRIO, tendo como execução os períodos predeterminados, não somente em se tratando do cumprimento da missão institucional, seus princípios e objetivos, mas também de modo a atender aos dois Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) formulados nesse interstício da gestão foi, sem dúvida, um dos desafios que os gestores precisaram preservar e motivar suas equipes diante de novas ferramentas tecnológicas, as estruturas ambientais existentes, a tomada de decisões institucionais e ainda o cotidiano dos processos de gestão tais como a elaboração, o acompanhamento e a análise e execução dos orçamentos, além da gestão de risco, do atendimento aos órgãos de controle e aos modelos de governo.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O controle dos bens imóveis da UNIRIO é realizada pela Seção de Controle de Bens Imóveis, subordinada a Gerência de Patrimônio.

A UNIRIO conta atualmente com 7 (sete) imóveis próprios e 2 (dois) cedidos pela União, totalizando 9 (nove) imóveis, todos localizados no município do Rio de Janeiro.

Destes constam devidamente registrados no SPIUnet 8 (oito) imóveis, sendo 6 (seis) imóveis próprios e 2 (dois) imóveis cedidos pela União.

Prédio da Reitoria



A infraestrutura está em consonância ao desenvolvimento que vem sendo estabelecido pela instituição a fim de cumprir completamente e adequadamente a sua missão, visando atender às demandas por espaço por parte da comunidade acadêmica.

A partir de espaços cedidos pela união, como os da Avenida Presidente Vargas e Avenida Rio Branco, que estão sendo utilizados pela parte administrativa da Universidade, conseguimos atender as demandas internas de espaço.

Com a inicialização da construção do novo prédio do Centro de Ciências Sociais e Humanas, de pouco menos de 7.000 m², entendemos que grande parte da demanda da infraestrutura será equacionada por meio da ampliação do número de salas de aula e auditório.

Consideramos a necessidade de maiores investimentos para prover a Universidade de programas de ampliação e manutenção dos espaços, bem como de projetos de projetos de conservação e restauração da infraestrutura.

Atualmente a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – tem como locatário os seguintes Parceiros:

- A) Banco do Brasil (Av. Pasteur, 296)
- B) Restaurante Rio Food (Av. Pasteur, 296)
- C) Restaurante Rio Food (R. Silva Ramos)
- D) Restaurante Escola (Av. Pasteur, 436)
- E) ASSUNIRIO (Av. Pasteur, 296)
- F) ADUNIRIO (Av. Pasteur, 458)

CCH



CCET



CCJP



CLA



CCBS



Unidade EMC



HUGG



Gestão de Veículos

Frota de veículos automotores de propriedade da UNIRIO.

No que tange a legislação, foi implantada a Ordem de Serviço Conjunta PROPLAN/PROAD nº 02, de 21 de março de 2016, que normatiza o Setor de Transporte e a utilização dos veículos oficiais da UNIRIO. Porém, esta Ordem de Serviços ainda não alcança o HUGG, por este motivo, está em andamento a feitura de uma nova Ordem de Serviço emitida pelo gabinete da Reitoria que alcance o referido nosocômio. Há de ser levado em consideração o novo Decreto Presidencial emitido no dia 19/02/2018, deixando a necessidade de atualização da norma vigente. A Ordem de Serviço hoje em vigor regula o controle, o uso e a condução dos veículos, sejam os de uso comum ou especial, sejam próprios ou aqueles colocados à disposição da Universidade. Os fundamentos utilizados como referenciais norteadores dessa normativa está sendo a Lei nº 1.081/1950 (a qual dispõe sobre o uso de carros oficiais), a Lei nº 9.327/1996 (a qual dispõe sobre a condução de veículo oficial), o Decreto nº 6.403/2008 (o qual dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional), a Instrução Normativa nº 003/2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (a qual dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências) e o Código Nacional de Trânsito (CNT).

O Setor de Transportes - SERTRA tem como objetivo realizar a circulação de produtos, pessoas, documentos e informações no âmbito da UNIRIO. A Universidade possui diversas campi em diferentes locais da Cidade do Rio de Janeiro, o que torna a atividade de transporte primordial e imprescindível. As atividades acadêmicas e administrativas da UNIRIO estão distribuídas, de forma descentralizada, pelos bairros da Tijuca, Centro, Botafogo e Urca como demonstrados abaixo:

- Bairro Tijuca: Unidades de Arquivo Central, Centro de Ciências Biológicas da Saúde, Escola de Medicina e Cirurgia e Hospital Universitário Gaffrée e Guinle;
- Bairro Centro: Auditoria Interna, Coordenadoria de Engenharia, Instituto Biomédico, Procuradoria-Geral, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
- Bairro Botafogo: Centro de Ciências Jurídicas e Políticas;
- Bairro Urca: Biblioteca Central, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Letras e Artes, Coordenadoria de Comunicação Social, Coordenadoria de Educação a Distância, Coordenação de Relações Internacionais, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Escola de Nutrição, Instituto de Biociências, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Reitoria, Vice-Reitoria, Secretaria dos Conselhos Superiores.

A distribuição das Atividades da Universidade na cidade do Rio de Janeiro, para dar assistência aos nossos principais clientes que são os docentes, discentes e técnicos administrativos, através do atendimento aos setores administrativos pertencentes à estrutura organizacional da UNIRIO, SERTRA se relaciona com toda a comunidade universitária através de ações na mobilidade institucional com o objetivo de estimular o comprometimento do ensino público, gratuito, de qualidade com as demandas oriundas da sociedade brasileira. Os trabalhos desenvolvidos na área de transporte e mobilização são realizados por meio de suporte técnico, através de frota disponibilizada e administrada pelo SERTRA, com atendimento de solicitações emanadas pela comunidade universitária, através de equipe de trabalhadores, sendo eles: 18 motoristas e 02 recepcionistas terceirizados e 06 motoristas oficiais. O Setor de

Transportes - SERTRA planeja, coordena e acompanha atividades e políticas voltadas a mobilidade do servidor, de modo a incentivá-lo e valorizá-lo como sujeito (autônomo, reflexivo e consciente) ao seu processo de trabalho.

Apoio à participação dos acadêmicos em atividades esportivas, políticas e bolsistas BIA, por meio da viabilização de transporte, tem dado oportunidade a estudantes de todas as áreas dos cursos de graduação a vivenciarem experiências extracurriculares, nas diferentes áreas do conhecimento, desde festivais, seminários a atividades político-sociais, que contribuam para enriquecer e ampliar a visão e a perspectiva profissional dos participantes, e fortalecer a organização autônoma dos estudantes. Este programa é determinante para que os estudantes, em condições socioeconômicas adversas, possam usufruir de experiências extramuros.

A Universidade possui hoje, 31 (trinta e um) veículos conforme elencados na tabela do anexo I, mais 06 (seis) veículos lotados no Hospital Universitário Gafrère e Guinle.

O HUGG possui 3 ambulâncias consideradas básicas, 2 veículos utilitários modelo “Kombi”, e 1 carro passeio para atender a direção do hospital e necessidades diárias da rotina hospitalar, como buscar bolsas de sangue no HEMORIO, ou medicamentos e insumos em outras unidades.

a) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

De acordo com levantamento realizado no SIAG, Sistema Gerencial contratado para Gestão de Frota com contrato de aquisição de combustíveis, a frota rodou no exercício de 2017 o total de 265.751 quilômetros no total, conforme tabela aposta no ANEXO II do presente relatório.

A Idade média dos veículos da Universidade é de 9 anos de uso.

Obs -1: O HUGG não encaminha informações sobre os gastos da frota sob sua responsabilidade ao SERTRA.

Obs – 2: O valor do quilômetro rodado, calculado com a razão entre valor total gasto e total rodado pela frota, teve o seguinte resultado: (valor gasto total / pelo total rodado – R\$ 275.427,98 / 265.751 = **R\$ 1,03 por km**

Não há no HUGG, uma regulação sobre o tema em função do baixo número de veículos utilizados no hospital.

O Hospital necessita de ambulância para transporte dos pacientes, dos veículos modelo Kombi para transporte de pessoal, insumos e medicamentos, e do veículo Fiesta para transporte dos membros da direção para reuniões e outras atividades inerentes a função hospitalar, como buscar bolsas de sangue no HEMORIO.



A operacionalização para a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso se inicia pelo pedido do Setor de Transporte que é remetido à Comissão Permanente de Avaliação e Baixa de Material e, posteriormente disponibilizamos no Sistema SIAFI para possível distribuição e, por fim, a realização de Leilão.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Política Ambiental da UNIRIO não contempla somente a percepção “naturalista” ou “biologicista”, sendo atribuída a ela uma visão mais ampla e sistêmica, incorporando também, para além da dimensão objetiva dos problemas ambientais, as dimensões subjetivas e intersubjetivas. Incorpora-se, desta forma, os aspectos epistemológicos, sociais, políticos, éticos, estéticos, históricos e culturais, que se por um lado nos levam a pensar e resolver problemas específicos nos coloca da mesma forma diante do desafio de buscarmos e lidarmos com as raízes destes problemas decorrentes das relações com a natureza e com a sociedade.

Esta Política está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Pedagógico Institucional (PPI), Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDGTIC) e Plano de Gestão (PGE) da UNIRIO, assim como outros documentos que dão diretrizes para a gestão ambiental no país. O que ela faz é trazer para esses documentos, de forma mais específica, o lugar e o papel da universidade diante dos desafios colocados pela sustentabilidade e demarca o compromisso institucional no enfrentamento desses problemas.

A Política Ambiental da UNIRIO, afinada aos movimentos de vanguarda de ambientalização do Ensino Superior em andamento no mundo, reconhece a importância da incorporação da sustentabilidade na Instituição em todas as suas atribuições, a saber, o ensino, a pesquisa, a extensão-cultura e a gestão. Esta Política não pressupõe, portanto, um produto pronto, e tampouco um pacote de ações a serem implantadas. Pelo contrário, ela dá início à orquestração de processos contínuos de

construção de uma cultura interna, que visem à busca permanente da melhoria das relações entre a Universidade e a natureza, exercitando como valores subjacentes a justiça, a solidariedade, a equidade e o respeito à diversidade.

A UNIRIO se compromete, assim, com a deflagração, organização e acompanhamento de iniciativas permanentes, continuadas e integradas voltadas à questão da sustentabilidade na Universidade, reconhecendo sua função primordial na construção de sociedades sustentáveis e assumindo sua tarefa de liderança nesse processo.

O Decreto nº 7.746/2012, da Presidência da República, e a Instrução Normativa nº 10/2012, do Ministério do Planejamento são os instrumentos legais que norteiam o estabelecimento de critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção da Sustentabilidade na administração pública federal. No âmbito da UNIRIO, as práticas de Sustentabilidade tiveram início em atividades pontuais pioneiras e, a partir de 2012, de uma iniciativa de caráter mais global relacionada a um programa de extensão denominado “RECOSOL - Redes Colaborativas para Implantação do Decreto 5940/06” que, como sugere o próprio nome, tratou de auxiliar a UNIRIO no cumprimento do Decreto 5940/06 de separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidade da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, entre outros.

Na UNIRIO estamos adotando uma postura mais conservativa e de ajuste gradual às exigências preconizadas pela A3P. Mas, faz parte dos planos futuros da política ambiental da UNIRIO a adesão a A3P.

O processo para viabilizar a separação dos resíduos recicláveis utilizados nas diferentes Unidades da UNIRIO e realização da Coleta Seletiva Solidária foi iniciado por meio das ações do programa RECOSOL realizadas em anos anteriores e que incluíram: (1) compra de diferentes tipos de coletores para disposição dos resíduos (azul – resíduos recicláveis; cinza – resíduos não recicláveis; laranja – resíduos perigosos; amarelo – resíduos metálicos); (2) distribuição destes coletores pelas diferentes Unidades acadêmico-administrativas da UNIRIO; (3) treinamento dos colaboradores do serviço de limpeza; (4) edital do processo de licitação para realização da Coleta Seletiva Solidária. Contudo, foram selecionadas duas cooperativas de catadores que encontraram dificuldades para custear seus gastos com a logística de transporte e remoção em função do volume reduzido de resíduos gerados na UNIRIO. Diante desse entrave, optou-se por uma alternativa de parceria com a companhia municipal de limpeza urbana (COMLURB), sem ônus para a UNIRIO, no qual a COMLURB passou a efetuar a coleta dos resíduos recicláveis e destinação destes as cooperativas de catadores devidamente cadastrados junto a essa companhia. Essa parceria tem sido relativamente bem sucedida. O procedimento de treinamento dos colaboradores do serviço de limpeza foi novamente realizado em 2017, tendo em vista a alta mudança no quadro de colaboradores atuando na UNIRIO. Programas de sensibilização da comunidade acadêmica também foram realizados por meio de informativos eletrônicos e campanhas realizadas no Restaurante Universitário, entre outros.

As contratações realizadas pela UNIRIO observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

A UNIRIO possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.

Em 2015, por meio da Portaria nº 763 foi criada a Comissão Permanente de Sustentabilidade Institucional (COPESI) da UNIRIO com a atribuição de, entre outros, atuar como comissão gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Em seu Art. 3º, também previu a elaboração do regimento interno da COPESI.

A Comissão Permanente de Sustentabilidade Institucional (COPESI) é uma comissão permanente da UNIRIO, tendo caráter consultivo e de assessoramento da Administração Superior, diretamente subordinada à Reitoria.

São finalidades da COPESI: definir e acompanhar as ações, assim como fazer cumprir as políticas de sustentabilidade organizacional da UNIRIO, visando atender às necessidades institucionais nesta área e à legislação vigente

Cerca de dois meses depois, publicou-se a Resolução nº 4.564/2015 que dispõe sobre o regimento interno da COPESI.

Diante deste novo cenário, em fevereiro de 2016 foi estabelecida uma nova composição da COPESI (Portarias nº 107/2016 e 158/2016), com 35 membros incluindo representantes da Administração Central (Vice-reitor e Pró-reitores), Unidades Acadêmicas (Decanias dos cinco Centros Acadêmicos), Órgãos suplementares (Arquivo Central, Biblioteca Central e Hospital Universitário Gaffrée e Guinle), Associações (ADUNIRIO, ASUNIRIO e DCE) e 12 consultores *ad-hoc* conforme previsto em seu

regimento interno.

A Resolução nº 4.705, de 12 de setembro de 2016 dispõe sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da UNIRIO. Com isso, foi iniciada uma nova etapa rumo ao início da execução das atividades previstas no PLS e das práticas e diretrizes para a sustentabilidade na UNIRIO.

Durante o ano de 2017, a COPESI adotou como estratégia a formação de cinco subcomissões (a saber: 1-Gestão de bens naturais, 2-Gestão de resíduos, 3-Qualidade de vida na Universidade, 4-Sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica e 5-Gestão de bens públicos) que ficaram responsáveis por partes específicas dentre os setes eixos temáticos constantes do PLS. Mas no decorrer do ano aconteceram alguns pedidos de dispensa da COPESI, por motivos diversos: incompatibilidade com a realização de outras atividades, exoneração por posse em cargo não acumulável em outra instituição pública, entre outros. Aliado a isso, o Comitê Gestor da COPESI procedeu à consulta a diversas Unidades e as Associações de classe (ADUNIRIO, ASUNIRIO e DCE) solicitando indicações para uma nova composição da Comissão (em acordo com o previsto em seu regimento interno). Para o ano de 2018, pretende-se nomear oficialmente a nova comissão por meio de Portaria e dar prosseguimento na estratégia de formação das subcomissões e desenvolvimento das ações previstas no PLS.

O PLS da UNIRIO dispõe que as práticas de sustentabilidade se darão em torno dos sete temas previstos na IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012, a saber: (i) material de consumo; (ii) energia elétrica; (iii) água e esgoto; (iv) gestão de resíduos; (v) qualidade de vida no ambiente de trabalho; (vi) compras e contratações sustentáveis e (vii) deslocamento de pessoal. São propostas ações para cada um dos temas visando o

atendimento de objetivos e metas específicos, conforme apresentado no PLS.

Na página eletrônica da UNIRIO há um espaço virtual da COPESI (<<http://www.unirio.br/copesi>>), no qual podem ser acessados o PLS, relatórios de atividades da COPESI e outras informações relativas à comissão e/ou ao tema Sustentabilidade. Também existe um endereço eletrônico da COPESI para facilitar o contato e a troca de ideias com a comunidade acadêmica (copesi@unirio.br).

Os relatórios de atividades, apresentados conforme previsto no PLS da UNIRIO, estão disponíveis na página eletrônica da comissão (<<http://www.unirio.br/copesi>>).

O PLS proposto para a UNIRIO foi bastante abrangente em sua concepção, mas não considerou apropriadamente aspectos como a exequibilidade em um curto intervalo de tempo – um ano – considerando um cenário de escassez de recursos (humanos e materiais) em relação a sua execução. Além disso, a estratégia de estabelecimento de subcomissões para realização dos planos de ação constantes no PLS da UNIRIO foi parcialmente bem-sucedida, com algumas subcomissões obtendo melhor aproveitamento em suas ações enquanto outras foram profundamente afetadas por sucessivas solicitações de dispensa de membros da COPESI.

A Comissão entende que a criação de uma diretoria ou coordenação de Sustentabilidade na estrutura organizacional da UNIRIO seria extremamente importante para um maior avanço nas ações de Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Há a necessidade de alocação de recursos humanos que estejam integralmente dedicados às ações de sustentabilidade na Universidade para um melhor aproveitamento.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)		Código do Órgão	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO		26269	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Variações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Lançamentos relativos à depreciação dos Ativos Imobilizados;b) Lançamentos relativos à depreciação dos Ativos Intangíveis;c) Desequilíbrio relativos às equações 0298, 0367, 0398, 0690, 696, advindos de exercícios anteriores. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local:	RIO DE JANEIRO	Data:	25/02/2019
Contador Responsável:	ROMILDO DE ALMEIDA MUNIZ	CRC nº	086882/O-8 RJ

ROMILDO DE ALMEIDA MUNIZ
Gerente de Contr. Contábil e Financeiro
UNIRIO
Matr. SIAPE 2249988



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 26269 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/04/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.298.757,00	1.298.757,00	766.486,67	-532.270,33
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.749,00	207.749,00	167.198,42	-40.550,58
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	153.494,00	153.494,00	166.717,82	13.223,82
Valores Mobiliários	54.255,00	54.255,00	480,60	-53.774,40
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.091.008,00	1.091.008,00	570.523,21	-520.484,79
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.091.008,00	1.091.008,00	534.815,29	-556.192,71

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	35.707,92	35.707,92
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	28.765,04	28.765,04
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	300,00	300,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	28.465,04	28.465,04
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.298.757,00	1.298.757,00	766.486,67	-532.270,33
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.298.757,00	1.298.757,00	766.486,67	-532.270,33
DEFICIT			670.784.382,57	670.784.382,57
TOTAL	1.298.757,00	1.298.757,00	671.550.869,24	670.252.112,24

DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	513.451.568,00	581.317.232,00	647.329.179,89	624.425.122,03	587.951.683,00	-66.011.947,89
Pessoal e Encargos Sociais	428.070.937,00	479.748.510,00	469.360.975,21	469.357.819,38	438.796.466,22	10.387.534,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	85.380.631,00	101.568.722,00	177.968.204,68	155.067.302,65	149.155.216,78	-76.399.482,68
DESPESAS DE CAPITAL	10.535.695,00	7.635.695,00	24.221.689,35	15.179.964,01	14.002.759,30	-16.585.994,35
Investimentos	10.535.695,00	7.635.695,00	24.221.689,35	15.179.964,01	14.002.759,30	-16.585.994,35
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	523.987.263,00	588.952.927,00	671.550.869,24	639.605.086,04	601.954.442,30	-82.597.942,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	523.987.263,00	588.952.927,00	671.550.869,24	639.605.086,04	601.954.442,30	-82.597.942,24
TOTAL	523.987.263,00	588.952.927,00	671.550.869,24	639.605.086,04	601.954.442,30	-82.597.942,24

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.402.261,15	12.994.025,07	12.525.872,04	12.409.650,46	660.040,59	2.326.595,17
Pessoal e Encargos Sociais	540.734,53	-	-	-	-	540.734,53
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.861.526,62	12.994.025,07	12.525.872,04	12.409.650,46	660.040,59	1.785.860,64
DESPESAS DE CAPITAL	13.912.356,75	5.792.876,49	18.463.907,95	18.463.907,95	199.875,61	1.041.449,68
Investimentos	13.912.356,75	5.792.876,49	18.463.907,95	18.463.907,95	199.875,61	1.041.449,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.314.617,90	18.786.901,56	30.989.779,99	30.873.558,41	859.916,20	3.368.044,85

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.061.026,24	4.729.559,51	4.645.536,65	12.787,97	1.132.261,13
Pessoal e Encargos Sociais	52.787,01	40.287,74	1.570,23	-	91.504,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.008.239,23	4.689.271,77	4.643.966,42	12.787,97	1.040.756,61
DESPESAS DE CAPITAL	30.788,54	498.776,85	498.776,85	-	30.788,54
Investimentos	30.788,54	498.776,85	498.776,85	-	30.788,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.091.814,78	5.228.336,36	5.144.313,50	12.787,97	1.163.049,67



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26269 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/04/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	#####	#####	PASSIVO CIRCULANTE	#####	#####
Caixa e Equivalentes de Caixa	#####	7.194.972,81	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	#####	220.334,56
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	488.911,58	#####	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	#####	#####
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	404.501,60	404.501,60
Estoques	2.735.462,37	4.189.666,20	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.716.293,62	2.649.468,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	#####	#####	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.650.475,77	1.650.475,77
Ativo Realizável a Longo Prazo	110.920,31	110.920,31	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	28.781,65	28.781,65	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	82.138,66	82.138,66	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.650.475,77	1.650.475,77
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	#####	#####
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017

	Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-		-			
	Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-		-			
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-		-			
	Demais Investimentos Permanentes		-		-			
	Demais Investimentos Permanentes		-		-			
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-		-			
	Imobilizado		#####		#####			
	Bens Móveis		117.757.988,75		111.212.565,85			
	Bens Móveis		130.548.912,92		124.003.490,02			
	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-12.790.924,17		-12.790.924,17			
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-		-			
	Bens Imóveis		164.497.083,86		75.507.763,06			
	Bens Imóveis		172.698.577,38		81.637.046,68			
	(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-8.201.493,52		-6.129.283,62			
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-		-			
	Intangível		947.937,63		897.945,63			
	Softwares		942.207,44		892.357,44			
	Softwares		942.207,44		892.357,44			
	(-) Amortização Acumulada de Softwares		-		-			
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-		-			
						Patrimônio Social e Capital Social	-	-
						Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
						Reservas de Capital	54.773,00	54.773,00
						Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
						Reservas de Lucros	-	-
						Demais Reservas	-	-
						Resultados Acumulados	#####	#####
						Resultado do Exercício	92.785.452,58	50.981.261,28
						Resultados de Exercícios Anteriores	305.366.251,93	261.486.020,65
						Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-7.101.030,00
						(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	#####	#####

Marcas, Direitos e Patentes Industriais	5.730,19	5.588,19		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	5.730,19	5.588,19		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	#####	#####	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	#####

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	#####	7.194.972,81	PASSIVO FINANCEIRO	#####	#####
ATIVO PERMANENTE	#####	#####	PASSIVO PERMANENTE	#####	#####
			SALDO PATRIMONIAL	#####	#####

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	66.474.185,19	62.754.695,73	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	75.790.982,55	84.898.623,17
Execução dos Atos Potenciais Ativos	66.474.185,19	62.754.695,73	Execução dos Atos Potenciais Passivos	75.790.982,55	84.898.623,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	336,60	336,60	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	66.473.848,59	62.754.359,13	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	49.838.337,45	58.945.978,07
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	25.952.645,10	25.952.645,10
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	66.474.185,19	62.754.695,73	TOTAL	75.790.982,55	84.898.623,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-12.359.219,73
Recursos Vinculados	-27.707.954,82
Educação	-5.602.536,34
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-2.515.163,60
Previdência Social (RPPS)	82.053,60
Recursos de Receitas Financeiras	-11.635.732,59
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-1.283.767,57
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-6.751.993,53
Demais Recursos	-814,79
TOTAL	-40.067.174,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26269 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/04/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	884.123.199,50	706.909.434,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	737.441,03	1.054.353,66
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	737.441,03	1.054.353,66
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	480,60	764,40
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	480,60	764,40
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	811.385.906,20	705.573.745,27
Transferências Intragovernamentais	808.768.978,56	703.856.831,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-

Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.616.927,64	1.716.913,31
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	71.716.691,79	75,40
Reavaliação de Ativos	17.502.953,61	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	54.200.950,21	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.787,97	75,40
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	282.679,88	280.495,92
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	282.679,88	280.495,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	791.337.746,92	655.928.173,37
Pessoal e Encargos	391.757.734,21	329.514.244,19
Remuneração a Pessoal	300.005.208,04	244.877.612,10
Encargos Patronais	61.403.798,71	56.044.529,57
Benefícios a Pessoal	30.203.259,25	28.423.537,41
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	145.468,21	168.565,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	112.750.870,80	98.600.326,35
Aposentadorias e Reformas	95.473.062,51	82.951.726,52
Pensões	17.157.170,67	15.466.259,45
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	120.637,62	182.340,38
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	75.412.348,34	77.833.482,05
Uso de Material de Consumo	15.344.106,43	10.383.517,91
Serviços	57.996.032,01	63.624.121,42
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.072.209,90	3.825.842,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.872,50	480,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.872,50	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	480,00
Aportes ao Banco Central	-	-

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	201.493.455,05	139.772.114,99
Transferências Intragovernamentais	140.690.352,53	123.548.338,96
Transferências Intergovernamentais	60.076.489,68	15.757.852,40
Transferências a Instituições Privadas	69.431,29	58.355,27
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	6.715,69	4.809,28
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	650.465,86	402.759,08
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	75.429,94	492.959,55
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	75.421,26	483.717,56
Desincorporação de Ativos	8,68	9.241,99
Tributárias	108.857,99	30.450,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	58.596,99	6.068,42
Contribuições	50.261,00	24.382,31
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.734.178,09	9.684.115,51
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.701.168,20	9.661.429,54
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	33.009,89	22.685,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	92.785.452,58	50.981.261,28

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26269 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/04/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	64.115.842,33	11.440.894,28
INGRESSOS	810.448.804,71	705.370.517,95
Receitas Derivadas e Originárias	766.486,67	1.334.893,98
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	166.717,82	164.047,32
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	570.523,21	889.826,34
Remuneração das Disponibilidades	480,60	764,40
Outras Receitas Derivadas e Originárias	28.765,04	280.255,92
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	809.682.318,04	704.035.623,97
Ingressos Extraorçamentários	642.223,36	178.716,61
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	75,40
Transferências Financeiras Recebidas	808.768.978,56	703.856.831,96
Arrecadação de Outra Unidade	253.914,84	-
Demais Recebimentos	17.201,28	-
DESEMBOLSOS	-	-

Pessoal e Demais Despesas	746.332.962,38	693.929.623,67
	-	-
	544.030.556,07	514.498.257,03
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
	103.598.967,75	106.824.592,15
Saúde	-21.557.359,53	-20.656.329,92
Trabalho	-	-12.000.000,00
Educação	-	-
	384.289.814,91	373.516.422,58
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-30.803.000,00	-1.500.000,00
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-3.770.919,88	-
Encargos Especiais	-10.494,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-912,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-60.976.456,04	-55.704.311,07
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-

A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-60.900.309,06	-55.642.646,52
Outras Transferências Concedidas	-76.146,98	-61.664,55
Outros Desembolsos das Operações	-	-
	141.325.950,27	123.727.055,57
Dispêndios Extraorçamentários	-635.597,74	-178.716,61
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
	140.690.352,53	123.548.338,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-32.965.302,10	-10.312.388,11
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-32.965.302,10	-10.312.388,11
Aquisição de Ativo Não Circulante	-23.365.452,10	-10.283.182,92
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-9.599.850,00	-29.205,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.150.540,23	1.128.506,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.194.972,81	6.066.466,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	38.345.513,04	7.194.972,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26269 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/04/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	766.486,67	#####	Despesas Orçamentárias	#####	#####
Ordinárias	-	280.495,92	Ordinárias	#####	#####
Vinculadas	776.127,97	1.286.019,58	Vinculadas	#####	#####
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	1.126.108,67	335.767.615,49
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	25.970.412,76	20.322.252,17
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	776.127,97	1.286.019,58	Previdência Social (RPPS)	47.850.536,66	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-9.641,30	-231.621,52	Recursos de Receitas Financeiras	15.851.053,11	-
			Operação de Crédito		17.777.480,22
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	16.142.121,23	5.079.399,55
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	8.871.672,21	
Transferências Financeiras Recebidas	#####	#####	Transferências Financeiras Concedidas	#####	#####
Resultantes da Execução Orçamentária	771.837.891,53	688.216.572,71	Resultantes da Execução Orçamentária	137.777.461,32	123.181.858,19
Repasse Recebido	634.156.394,29	565.053.149,47	Repasse Concedido	23.741,69	18.434,95
Sub-repasse Recebido	137.681.497,24	123.163.423,24	Sub-repasse Concedido	137.681.497,24	123.163.423,24
Independentes da Execução Orçamentária	36.931.087,03	15.640.259,25	Repasse Devolvido	72.222,39	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	35.193.550,99	14.627.817,16	Independentes da Execução Orçamentária	2.912.891,21	366.480,77
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.737.536,04	1.012.442,09	Transferências Concedidas para	2.658.976,37	85.984,85

Aporte ao RPPS	-	-	Pagamento de RP		
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	253.914,84	280.495,92
Recebimentos Extraorçamentários	#####	#####	Aporte ao RPPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	37.650.643,74	4.734.636,80	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	31.945.783,20	18.786.901,56	Despesas Extraorçamentárias	#####	#####
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	642.223,36	178.716,61	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.144.313,50	2.245.073,40
Outros Recebimentos Extraorçamentários	271.116,12	75,40	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.873.558,41	12.740.907,30
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		75,40	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	635.597,74	178.716,61
Arrecadação de Outra Unidade	253.914,84		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	912,38
Demais Recebimentos	17.201,28		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		912,38
Saldo do Exercício Anterior	#####	#####	Saldo para o Exercício Seguinte	#####	7.194.972,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.194.972,81	6.066.466,64	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.345.513,04	7.194.972,81
TOTAL	#####	#####	TOTAL	#####	#####



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26269 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 15/04/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	54.773,00	-	-	261.486.020,65	-	-	261.540.793,65
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-7.101.030,00	-	-	-7.101.030,00
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	50.981.261,28	-	-	50.981.261,28
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	54.773,00	-	-	305.366.251,93	-	-	305.421.024,93

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	54.773,00	-	-	305.366.251,93	-	-	305.421.024,93
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	123.332.638,96	-	-	123.332.638,96
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	92.785.452,58	-	-	92.785.452,58
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	54.773,00	-	-	274.819.065,55	-	-	274.873.838,55

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Organizacional:

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é uma fundação de direito público integrante do Sistema Federal de Ensino Superior. Originou-se da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), criada pelo Decreto-Lei nº 773 de 20 de agosto de 1969, que reuniu estabelecimentos isolados de ensino superior, anteriormente vinculados aos Ministérios do Trabalho, do Comércio e da Indústria; da Saúde; e da Educação e Cultura.

A criação da Fefieg propiciou a integração de instituições tradicionais, como a Escola Central de Nutrição, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, o Conservatório Nacional de Teatro (atual Escola de Teatro), o Instituto Villa-Lobos, a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.

Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a Fefieg passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj). Dois anos mais tarde, foram incorporados à Fefierj o Curso Permanente de Arquivo (do Arquivo Nacional) e o Curso de Museus (do Museu Histórico Nacional).

Em 5 de junho de 1979, pela Lei nº 6.655, a Fefierj foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). E, em 24 de outubro de 2003, a Lei nº 10.750 alterou o nome da Universidade para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mas a sigla foi mantida.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO tem como missão produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Sua visão de futuro é ser reconhecida como referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, comprometida com as transformações da sociedade e com a transparência organizacional.

Possui como princípios gerais: a conduta ética, humanismo, democracia e participação, pluralismo teórico-metodológico, universalidade do conhecimento, interdisciplinaridade do conhecimento, excelência, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, natureza pública, gratuidade do ensino de graduação.

Seus objetivos gerais são: produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento; formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional; propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de pós-graduação stricto sensu; estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição; manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

2. Base para Preparação das Demonstrações Contábeis:

As demonstrações contábeis levantadas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro estão elaboradas de acordo com os as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/00. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP do Conselho Federal de Contabilidade, o Manual de

Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 7ª edição e o Manual do SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Balanço Orçamentário (BO);
- iv. Balanço Financeiro (BF);
- v. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme Art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é obrigatória para Fundações Públicas, sendo obrigatória somente para empresas estatais dependentes e aos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.

3. Principais Critérios e Políticas Contábeis:

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito da UNIRIO, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a – Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da União. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais estão em unidades de Real.

b – Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por: Banco e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor de custo, sendo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens do ativo imobilizado são reconhecidos com base em seu valor de aquisição e até a presente data não tem sido feito teste de impairment dos bens do ativo, bem como não tem sido feito teste de redução do valor recuperável e/ou reavaliação do imobilizado e a depreciação de forma mensal devido à necessidade de nova avaliação dos bens da instituição.

d – Intangível

Cessão de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Não há informação de ativos intangíveis gerados internamente.

Há intangíveis recebidos por doação de bens. Foram avaliados pelo valor de custo de aquisição informado no documento fiscal, recebidos pela gerência de patrimônio.

Até a presente data não tem sido feito teste de impairment dos bens do ativo, bem como não tem sido feito teste de redução do valor recuperável e/ou reavaliação do intangível.

e – Passivos circulante e não circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, atualizados até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos das variações monetárias e cambiais.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes, Provisões a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

f – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é apurado procedendo-se pelo somatório das variações aumentativas e, destas, diminuindo as variações diminutivas.

As Variações Patrimoniais Aumentativas representam o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, afetando

positivamente a situação líquida patrimonial do ente. São reconhecidas quando da ocorrência do fato gerador, independentemente do pagamento e ainda, independentemente da execução orçamentária.

As variações patrimoniais diminutivas representam o decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade, seguindo a lógica do regime de competência.

As contas de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são encerradas ao final do exercício, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit ou Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

g – Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades financeiras da UNIRIO. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

h – Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. É obtido pela razão entre a Receita Orçamentária Realizada e a Despesa Orçamentária Executada (empenhada), se o resultado for positivo, ocorre Superávit, caso o resultado seja negativo, então se caracteriza o Déficit Orçamentário.

Materialidade

De acordo com a Decisão Normativa nº 170/2018 do TCU, o relatório de gestão passa a ser um documento conciso, focado na demonstração de alcance dos resultados, passando a adotar uma Estrutura Internacional de Relato Integrado, desenvolvida pelo IIRC (Internacional Integrated Reporting Council).

O IRC foi criado em 2010 e é uma aliança internacional de empresas, reguladores, investidores, organismos de normatização, entidades contábeis e academia. Relato integrado é um novo modelo de preparação de relatório, que requer que a organização pense de forma integrada e está baseado em processos de controle e gestão.

As duas principais novidades apresentadas pela DN nº 170/2018 foram a necessidade de determinação da materialidade das informações a serem incluídas no relatório integrado e a necessidade de aplicar o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

Assim, o Relatório de Gestão da UNIRIO adotou a forma de relato integrado, que considera o relacionamento existente entre as diversas unidades operacionais e os recursos alocados para alcançar os objetivos institucionais, e em que há o envolvimento da alta gestão e tem como objetivo principal explicar como a Universidade alcançou os seus objetivos e atendeu as demandas de interesse público ao longo do exercício de 2018.

As diretrizes para a elaboração do relatório integrado são: Abordagem estratégica; Conectividade da informação; Relações com partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; coerência e comparabilidade; clareza

A materialidade deste Relato Integrado da UNIRIO envolve a divulgação de dados e informações sobre aqueles assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade da Universidade em gerar valor em curto, médio

e longo prazo. Para a determinação da para fins de preparação e apresentação deste relatório integrado, consideramos:

- a identificação de temas relevantes, com base na nossa capacidade de afetar a geração de valor
- a avaliação da importância de temas relevantes no tocante a seu efeito conhecido ou potencial sobre a geração de valor
- A priorização de temas com base na sua importância relativa
- A determinação de informações a serem divulgadas sobre temas relevantes.

O estabelecimento dos limites da materialidade deste relatório considerou tanto os aspectos positivos quanto os negativos, incluindo riscos e oportunidades, e desempenhos ou perspectivas favoráveis ou desfavoráveis. Também se aplicou às informações financeiras.

Os dados e informações para a elaboração deste relatório integrado foram obtidos por meio do Instrumento de Coleta de Dados Institucionais (ICDI), estabelecido por meio da Ordem de Serviço PROPLAN nº 01, de 14/06/2018, que dispõe sobre captação de dados institucionais e prazos para a produção de documentos oficiais destinados aos órgãos de controle internos e externos, à Universidade e à Sociedade e organizados a partir das manifestações dos Gestores da Universidade.

A integridade deste relato integrado está garantida pelas discussões que estão ocorrendo no âmbito da Universidade junto aos gestores responsáveis pela governança considerando que reconhecem sua responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado, com vistas à aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação deste relatório integrado, cujas declarações serão apresentadas no Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado no exercício de 2019.

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Diretor de Avaliação e Informações Institucionais – PROPLAN

APÊNDICES E ANEXOS

Declarações de Integridade

Declaração de Integridade dos Registros dos Atos de Admissões e Concessões

DECLARAÇÃO
Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Órgão 26269, obrigados pela Lei nº 8.730/1993 disponibilizaram suas Declarações de Bens e Rendas ou entregaram o Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas (Orientação Normativa TCU Nº 67/2011) junto a esta Diretoria de Gestão de Processos Administrativos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.
Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019. Elisabete Calabri Strazeri CPF Nº 034.354.758-97 Diretora de Gestão de Processos Administrativos PROGEPE

Declaração de Integridade de Contratos e Convênios

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
DECLARAÇÃO
Eu, <u>CHEVERRY RODRIGUES DA SILVA NETTO</u> , CPF nº 010.303.527-39, Gerente de Controle de Contratos e Convênios, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2018 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de [2018] e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.
Cheerry Rodrigues da Silva Netto
CPF 010.303.527.39
Gerência de Controle de Contratos e Convênios – GECON/PROAD

Declarações de Integridade dos Registros SIMEC - Ações

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física da ação 4002 da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIMEC conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

Mônica Valle de Carvalho

CPF 859.909,227-87

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira da ação 20RJ da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIMEC conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

Claudia Alessandra Fortes Aiub

CPF 885.441.250-34

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física da ação 20RK da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIMEC conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

Angelo Telésforo Malaquias

CPF 005.636.147-57

Diretor de Políticas, Normatização e Registros Acadêmicos de Graduação

Pró-Reitoria de Graduação

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física da ação 20GK da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIMEC conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

Evelyn Goyannes Dill Orrico

CPF 596.431.107-53

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASSESSORIA DA REITORIA - ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS - 2018

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

PROCESSOS EM ANDAMENTO/2018

N.º DO PROCESSO	SINDICÂNCIA / PAD	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ASSUNTO	CONCLUSÃO
23102.000310/2018-19	PAD Rito Sumário	Comissão em 16/03/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 30/04/2018
23102.000311/2018-63	PAD Rito Sumário	PG em 23/07/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 15 dias a contar de 15/06/2018
23102.000312/2018-16	PAD Rito Sumário	PG em 12/09/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000313/2018-52	PAD Rito Sumário	PG em 11/09/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000314/2018-05	PAD Rito Sumário	PG em 11/12/2018 com relatório final	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 15 dias a contar de 14/11/2018
23102.000316/2018-96	PAD Rito Sumário	Comissão em 05/09/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019

23102.000317/2018-31	PAD Rito Sumário	Comissão em 05/09/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 14/12/2018
23102.000533/2018-86	—	PROAD em 02/02/2018	Apuração de responsabilidade pela prorrogação do Contrato nº 10/2013, originado pelo pregão eletrônico nº 32/2013	
23102.000532/2018-31	—	PROAD em 02/02/2018	Apuração de responsabilidade pela confecção em 2017 de atestos retroativos a 2013, execução do contrato	
23102.000534/2018-21	—	PROAD em 02/02/2018	Apuração de responsabilidade por suposta falha na realização do pregão eletrônico nº 32/2013	
23102.000360/2018-04	Sindicância acusatória	PG em 10/09/2018	Apuração de conduta de docente	Prazo de 30 dias a contar de 15/05/2018
23102.000422/2018-70	PAD Rito Sumário	GR em 21/11/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/08/2018
23102.001392/2018-19	Sindicância	Comissão em 26/10/2018	Apuração de responsabilidade pela violação de lacre de caixa de psicotrópicos e subtração de medicamentos	Prazo de 30 dias a contar de 15/08/2018
23102.000416/2018-12	PAD Rito Sumário	Comissão em 18/02/2019	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 15/02/2019
23102.000409/2018-11	PAD Rito Sumário	Comissão em 15/02/2019	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 15/02/2019
23102.000315/2018-41	PAD Rito Sumário	Comissão em 19/03/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função	Prazo de 30 dias a contar de 29/03/2018

			pública	
23102.000414/2018-23	PAD Rito Sumário	Comissão em 19/03/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 29/03/2018
23102.000419/2018-56	PAD Rito Sumário	Comissão em 18/02/2019	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 15/02/2019
23102.000424/2018-69	PAD Rito Sumário	Comissão em 03/10/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000413/2018-89	PAD Rito Sumário	Comissão em 25/09/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000420/2018-81	PAD Rito Sumário	Comissão em 25/09/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000417/2018-67	PAD Rito Sumário	Comissão em 04/05/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 30/04/2018
23102.000423/2018-14	PAD Rito Sumário	PG em 14/01/2019	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 14/12/2018
23102.000411/2018-90	PAD Rito Sumário	Comissão em 29/08/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 15 dias a contar de 31/01/2019
23102.000410/2018-45	PAD Rito Sumário	Comissão em 16/03/2018	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 15/03/2018
23102.000412/2018-34	PAD Rito Sumário	PG em 18/02/2019	Indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 28/09/2018

23102.001616/2018-92	Sindicância Investigativa	PG em 25/09/2018	Apuração de conduta docente	Prazo de 30 dias a contar de 30/05/2018
23102.002099/2018-79	Sindicância Apuratória	Comissão em 15/06/2018	Averiguação de fatos apontados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais	Prazo de 30 dias a contar de 15/06/2018
23102.002548/2018-89	Investigação Preliminar	Comissão em 17/05/2018	Apuração de denúncia de assédio sexual nas dependências da Escola de Teatro	Prazo de 60 dias a contar de 15/05/2018
23102.003003/2018-90	Sindicância Acusatória	Comissão em 12/06/2018	Apurar fatos ocorridos em sala de aula na Disciplina de semiologia e Propedêutica do Aluno I	Prazo de 30 dias a contar de 15/06/2018
23102.003329/2018-17	PAD	Comissão em 01/02/2019	Apuração de irregularidades funcionais na disciplina de Otorrinolaringologia e fatos conexos	Prazo de 60 dias a contar de 15/02/2019
23102.002801/2018-02	-----	-----	Apuração de conduta de docente	Arquivamento, pois foi aberto mesmo procedimento pelo Instituto Biomédico
23102.002530/2018-87			Setor de transporte para apurar indícios de materialidade e autoria da irregularidade cometida pelo motorista – Inf. GR nº 106/2018	
23102.004253/2018-47	Investigação Preliminar	Comissão em 21/08/2018	Apuração de conluio entre empresas- Restaurante Escola	Prazo de 60 dias a contar de 15/08/2018
23102.001502/2018-42	Sindicância Investigativa	PG em 10/09/2018	Apuração em inadequação em processo seletivo	Prazo de 30 dias a contar de 15/08/2018
23102.003565/2018-33	Sindicância Investigativa	Comissão em 18/10/2018	Apuração sobre danos em amostras em ultrafreezer do Departamento de Botânica	Prazo de 30 dias a contar de 15/10/2018

23102.004982/2018-01	PAD	Comissão em 18/09/2018	Indícios de abandono de cargo e/ou inassiduidade habitual	Prazo de 30 dias a contar de 1/01/2019
23102.005446/2018-15	Sindicância	AUDIN em 12/12/2018	Apuração de suposta fraude no Sistema de Centrais de Regulação (SISREG)	Prazo de 30 dias a contar de 28/09/2018 Arquivamento em 12/12/2018
23102.005057/2018-90	PAD	Comissão em 05/09/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000510/2018-71	PAD	Comissão em 18/10/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.006524/2018-07	PAD	Comissão em 01/11/2018	Alegações de inconsistências percebidas por servidores da divisão de execução contábil e financeira/ diretoria financeira em relação a registro de pagamento de bolsista	Prazo de 60 dias a contar de 28/02/2019
23102.005199/2018-57	Sindicância	Comissão em	Descarte irregular de material hospitalar – central de material e esterilização do HUGG	Prazo de 30 dias a contar de 15/10/2018
232102.000444/2018-30	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
232102.000439/2018-27	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
232102.000458/2018-53	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
232102.000518/2018-38	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
232102.000530/2018-42	PAD	Comissão em	Indício de acumulação ilícita	Prazo de 30 dias a contar de

		07/11/2018	de cargo, emprego ou função pública	31/01/2019
232102.000514/2018-50	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000446/2018-29	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000433/2018-50	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000521/2018-51	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000528/2018-73	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000435/2018-49	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000501/2018-81	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000455/2018-10	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000504/2018-14	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/12/2018
23102.000454/2018-75	PAD	Comissão em 07/11/2018	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000441/2018-04	PAD	Comissão em	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000522/2018-04	PAD	Comissão em	Indício de acumulação ilícita	Prazo de 30 dias a contar de

			de cargo, emprego ou função pública	31/01/2019
23102.000505/2018-69	PAD	Comissão em	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000460/2018-22	PAD	Comissão	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000520/2018-15	PAD	Comissão	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000511/2018-16	PAD	Comissão	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000436/2018-93	PAD	Comissão	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 24/01/2019
23102.000459/2018-06	PAD	Comissão	Indício de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.007900/2018-72	Sindicância Investigativa	Comissão em 19/12/2018	Apurar as informações sobre risco patrimonial e de segurança nas dependências do CCJP	Prazo de 30 dias a contar de 14/12/2018
23102.000445/2018-84	PAD	Comissão em	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000513/2018-13	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000442/2018-41	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000437/2018-38	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019

23102.000523/2018-41	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/12/2018
23102.000525/2018-30	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000502/2018-25	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000312/2018-16	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/12/2018
23102.000313/2018-52	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/12/2018
23102.000310/2018-19	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000512/2018-61	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000509/2018-47	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.000519/2018-82	PAD	Comissão em 08/01/2018	acumulação ilícita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019
23102.008213/2018-74	PAD Discente	Comissão em 14/01/2019	Apurar a veracidade de documentações de discentes referentes à atividades na disciplina de estágio curricular de enfermagem na atenção à saúde da mulher	Prazo de 60 dias a contar de 15/01/2019
23102.000526/2018-84	PAD	Comissão em	acumulação ilicita de cargo, emprego ou função publica	Prazo de 30 dias a contar de 31/01/2019

Conforme Portaria nº. 1074/2018, de 05/10/2018, retificada em parte, pela Portaria nº. 322/2018, de 28/03/2019, foi instituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos celebrados com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mediante Termos de Colaboração ou Termos de Fomento, com o objetivo de aprimoramento dos procedimentos, padronização e indicadores, produção e controle de resultados, avaliação e homologação de relatórios, sob a Coordenação dessa Assessoria.

Listagem preliminar dos Projetos/Processos: 23102.004816/2018-05; 23102.004812/2018-19; 23102.003709/2018-51; 23102.003651/2018-46; 23102.002812/2018-84; 23102.004559/2018-59; 23102.004558/2018-59; 23102.004894/2018-00; 23102.006759/2018-91; 23102.004878/2018-17

Maria Carla B. C. Lima

Assessora da Reitoria

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

